

IVANIR CASAGRANDA

**UMA ANÁLISE CONTRIBUTIVA DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM
BOSCO: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2011**

IVANIR CASAGRANDA

**UMA ANÁLISE CONTRIBUTIVA DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM
BOSCO: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à banca
examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Local – Mestrado Acadêmico, como
exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Local, sob orientação do Prof. Dr. Luis
Carlos Vinhas Ítavo.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2011**

Ficha catalográfica

Casagrande, Ivanir
C334a Uma análise contributiva do Curso de Administração da Universidade
Católica Dom Bosco: perspectivas de desenvolvimento local /
Ivanir Casagrande; orientação Luis Carlos Vinhas Ítavo. 2011
103f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Desenvolvimento local 2. Administração de empresas – Estudo e
Ensino 3 Ensino superior - Dissertação. Ítavo, Luis Carlos Vinhas II. Título
CDD – 378.8171

FOLHA DA APROVAÇÃO

Título: Uma análise contributiva do Curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco: perspectivas de desenvolvimento local.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local: sistemas produtivos, inovação, governança.

Dissertação submetida a comissão examinadora designada pelo conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 18/02/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Carlos Vinhas Ítavo - Orientador
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho - Membro
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Alexandre Luizzi Las Casas - Membro
Pontifícia Universidade Católica – PUC – São Paulo

Dedico este trabalho de pesquisa a minha esposa Marley Buchara Gomes Casagrande, sempre me apoiando nos estudos e na conclusão do mesmo e a minha filha Yasmin Gomes Casagrande que continuamente proporciona a motivação do aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade concedida e fonte de estímulo por acreditar que é possível.

Aos meus pais, Elvira Ferraboli Casagranda e Danilo Casagranda, pela perseverança na educação proporcionada.

A minha esposa Marley Buchara Gomes Casagranda e filha Yasmin Gomes Casagranda, razão principal dos estudos para melhoria profissional e cultural.

Aos demais familiares e amigos que sempre me estimularam a seguir neste caminho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Carlos Vinhas Ítavo, pelo apoio e perseverança na condução das orientações.

Um carinho especial a Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho nas orientações iniciais e nas suas aulas enriquecedoras.

A todo corpo docente e a secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco.

Meus sinceros agradecimentos a todos

"Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá."

Ayrton Senna (1960 – 1994)

RESUMO

Intitulada *Uma análise contributiva do Curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco: perspectivas sobre desenvolvimento local*, esta pesquisa se inseriu no contexto de Desenvolvimento Local. O objetivo geral do trabalho foi a investigação do nível de conhecimento dos formandos do curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco sobre desenvolvimento local e se o curso proporcionou embasamento teórico e prático de desenvolvimento local, bem como identificar áreas que os alunos de administração gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento local em Campo Grande – MS. A investigação pautou-se nos pressupostos da pesquisa através do método sistêmico de análise ampliada (técnicas quantitativas e qualitativas), sendo que os dados foram coletados junto aos alunos de administração. O referencial teórico utilizado baseou-se nos fundamentos do desenvolvimento local, uma vez que se entendeu ser esse o caminho possível para responder as questões do trabalho. Os dados coletados foram através 80 questionários aplicados em três turmas do curso de administração. Dentre os principais resultados obtidos, destacou-se que a maioria dos alunos consideram-se preparados para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, que a educação é um dos principais fatores contributivos para proporcionar as melhorias para a sociedade e, uma das principais áreas que os alunos gostariam de trabalhar para proporcionar o desenvolvimento em Campo Grande – MS é o funcionalismo público. Concluindo, na pesquisa realizada com os alunos do curso de administração, os mesmos têm entendimento do que seja desenvolvimento e como o mesmo possa proporcionar melhorias para a sociedade, entretanto, os conceitos que os alunos têm sobre desenvolvimento não são os mesmos conceitos apregoados através da teoria do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Administração. Desenvolvimento Local. Comunidade.

ABSTRACT

Entitled as A contributory analysis of Administration Course at the Catholic University Dom Bosco: perspectives on local development, this research fits into the context of Local Development. The aim of this work is to investigate the knowledge level of graduating students from Catholic University Dom Bosco on local development and if the course provided theoretical and practical basis about local development, and identify areas that business administration students would like to work to provide local development in Campo Grande - MS. The research was based on the research assumptions by the method of increased systemic analysis (quantitative and qualitative techniques), and the data were collected from the business administration students. The theoretical analysis was based on the fundamentals of local development, since it is considered to be the possible way to answer the questions of the survey. Data were collected through 80 questionnaires in three classes of the business administration course. Among the main results obtained, it was noted that most students consider themselves prepared to develop activities that contribute to the development of society, that education is one of the major contributory factors that provides improvements to society and one of the major areas that students would like to work to provide the development of Campo Grande - MS is the civil service. In conclusion, the research conducted with the business administration students, they have the understanding of what development is and how it can provide improvements to society, however, the concepts that students have on development are not the same concepts noticed on the local development theory.

Key words: Administration. Local Development. Community.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados	65
Gráfico 2 - Idade dos entrevistados.....	66
Gráfico 3 - Comparação entre idade e gênero dos entrevistados.....	68
Gráfico 4 - Nível de empregabilidade dos bacharéis em Administração.....	69
Gráfico 5 - Nível de empregabilidade X Gênero.....	69
Gráfico 6 - Segmento de atuação dos entrevistados empregados	71
Gráfico 7 - Rendimento mensal.....	72
Gráfico 8 - Embasamento sobre desenvolvimento local.....	74
Gráfico 9 - Embasamento sobre desenvolvimento local X gênero.....	75
Gráfico 10 - Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho	78
Gráfico 11 - Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho X gênero	80
Gráfico 12 - Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade	81
Gráfico 13 - Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para desenvolvimento da sociedade X gênero.....	82
Gráfico 14 - Tipo de empresa escolhida para trabalhar após a conclusão do curso	84
Gráfico 15 - Tipo de empresa escolhida para trabalhar após a conclusão do curso X gênero.....	85
Gráfico 16 - Área que gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento sustentável de Campo Grande – MS	87
Gráfico 17 - Fatores de maior importância para melhoria da sociedade.....	90

LISTA DE SIGLAS

ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
CFA – Conselho Federal de Administração
CEPACE - Coordenação de Estudos, Pesquisa, Assessoria e Consultoria Empresarial
CESu - Câmara de Ensino Superior
CRA – Conselho Regional de Administração
DASP – Departamento de Administração do Serviço Público
EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública
ESMAD - Encontro Sul-mato-grossense de Administração
EUA – Estados Unidos da América
FACECA - Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração
FEA - Faculdade de Economia e Administração
FGV – Fundação Getúlio Vargas
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPG - Instituto Nacional de Pós-Graduação
MEC – Ministérios da Educação e Cultura
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
NAFTA - American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)
ONU – Organização das Nações Unidas
SEMECAS - Semanas de Estudos de Economia, Contábeis e Administração
SESU – Comissão de Especialista de Ensino de Administração
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

USAID - Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO	18
1.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL	20
1.3 CASOS DE SUCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	23
1.4 COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	25
1.5 CAPITAL SOCIAL	26
1.6 CAPITAL HUMANO	28
2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL.....	31
2.1 ADMINISTRAÇÃO	31
2.2 O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL	32
2.3 ENSINO ACADÊMICO	44
2.4 EMPREENDEDORISMO PROFISSIONAL	47
2.5 EDUCAÇÃO	48
3 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO CONTEXTO DA UCDB.....	50
3.1 HISTÓRICO	50
3.2 BASES LEGAIS.....	54
4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	58
5 RESULTADOS DA PESQUISA	65
5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	65
5.1.1 Gênero dos entrevistados	65
5.1.2 Idade dos entrevistados	66
5.1.3 Comparação entre idade e gênero dos entrevistados	67
5.1.4 Análise da empregabilidade do entrevistado	68
5.1.5 Análise do segmento de atuação dos empregados	70
5.1.6 Rendimento mensal	71
5.1.7 Embasamento sobre desenvolvimento local.....	73
5.1.8 Embasamento sobre desenvolvimento local X gênero	74

5.1.9 Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho	77
5.1.10 Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho x gênero	79
5.1.11 Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade	80
5.1.12 Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade X gênero	82
5.1.13 Tipo de empresa que o bacharel em administração escolheria para trabalhar após a conclusão do curso	83
5.1.14 Tipo de empresa que o bacharel em administração escolheria para trabalhar após a conclusão do curso X gênero	84
5.1.15 Área que gostaria de trabalhar para proporcionar desenvolvimento sustentável em Campo Grande – MS	86
5.1.16 Fatores de maior importância para melhoria da sociedade	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
APÊNDICE A	104

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira está a cada dia mais ansiosa por mudanças que possam proporcionar melhorias para a população brasileira. Melhorias essas relacionadas à saúde, educação e desenvolvimento econômico-sustentável.

Para que isto ocorra é fundamental que haja uma sociedade cada vez mais participativa, unida, informada, que busque o bem coletivo, que possa desenvolver ações de desenvolvimentismo.

O povo brasileiro está em busca de maior dignidade e é necessário que os administradores exerçam seus papéis como formadores de opiniões, levando seus conhecimentos e experiências à toda sociedade, proporcionando uma vida mais digna as pessoas e em seu entorno, de tal forma a capitalizar riquezas, riquezas em melhor qualidade de vida.

Nesta busca constante, a sociedade brasileira necessita de melhorias e neste sentido os administradores são os agentes que proporcionarão estas melhorias, que por meio de ações possam proporcionar o desenvolvimento econômico e consequente o local.

Educação e desenvolvimento são termos indissociáveis e complementares. Uma sociedade desenvolvida é aquela em que o seu povo apresenta um excelente nível de educação, que necessariamente deve apresentar uma boa distribuição de renda. A sociedade brasileira está a busca dessas melhorias.

Assim, o curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) passa a exercer um papel relevante para a sociedade, principalmente a sul-mato-grossense. Colocando todo ano no mercado de trabalho, profissionais que a princípio devem exercer o papel de formadores de opinião, que possam ser os agentes de transformação a fim de proporcionar, através das suas ações, uma sociedade mais justa.

Para isso se tornar uma realidade, é necessário que os agentes-administradores tenham habilidades e competências necessárias para gerar transformações, de tal forma que a sociedade seja beneficiada através de políticas justas, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Cabe então o esforço e a participação de cada novo graduado em administração que é inserido no mercado de trabalho, para que tenha o discernimento e a competência necessária para serem os transformadores para uma sociedade mais desenvolvida e que proporcionem o desenvolvimento local.

Assim destacado, o desenvolvimento aqui mencionado, não é somente o econômico, e sim um conjunto de fatores que possam proporcionar um melhor desenvolvimento no sentido mais amplo da palavra: com o acesso a educação, a saúde, emprego e renda.

Necessariamente “educação e desenvolvimento” são interdependentes. Até que ponto os alunos do curso de administração estão preparados para serem os agentes do desenvolvimento? Logo, a formação profissional é de suma importância para tornar os cidadãos capazes de fazer escolhas e transformar a sociedade mais justa.

Como proporcionar esse conhecimento sem que haja a participação dos agentes-administradores? Como identificar as capacidades individuais? Será uma relação de causa e efeito? Enfim, são exemplos de questões que serão amplamente discutidas ao longo deste trabalho.

Neste ínterim ainda surge outra questão preocupante: a globalização, tão necessária e que ao mesmo tempo provoca as desigualdades entre os povos. Na velocidade que a mesma vem ocorrendo, tem gerado mudanças drásticas no modo de agir e de pensar das pessoas. Capital passou a ser o foco das atenções, provocando acúmulo de riquezas, causando ainda mais o desequilíbrio econômico.

Portanto, são muitas as estratégias para se atingir o desenvolvimento, que podem ser globais, regionais ou locais. Podem variar conforme a ação e nível de investimentos, cultura, entre outros, mas necessariamente toda estratégia voltada para o desenvolvimento local deve passar pela educação.

O objeto de estudo que deu origem a essa dissertação surgiu exatamente dentro desse interesse em procurar identificar como o processo de ensino-

aprendizagem, na visão dos formandos de 2009 do curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB tem contribuído para que haja desenvolvimento local.

Diante desse fato, a questão que norteou toda a pesquisa foi a de identificar qual é o grau de conhecimento e contribuição que os formandos do ano de 2009, do curso de administração da UCDB têm sobre desenvolvimento local e até que ponto os mesmos estão preparados para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Também se buscou analisar na pesquisa, o perfil dos acadêmicos do curso de administração da UCDB, de tal forma que se pudesse fazer investigações mais aprofundadas quanto à forma de pensar e nível de preparo dos mesmos para o mercado de trabalho e em quais áreas os formandos gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento local.

A finalidade do trabalho também foi de por meio da interlocução com a comunidade acadêmica, abrir um canal de informações visando novas possibilidades de melhorar a qualidade de ensino na IES.

O trabalho se justificou à medida que demonstrou a importância da pesquisa, que analisou diversos aspectos relacionados aos alunos do curso de administração e, na visão dos mesmos, seu entendimento sobre desenvolvimento local, e como esse conhecimento pode ser utilizado em benefício da sociedade.

As fontes de pesquisas utilizadas neste trabalho foram as bibliográficas e documentais, para que se pudesse entender a origem e evolução histórica do curso de administração.

Também foram utilizadas fontes primárias de pesquisa, através da coleta de dados de informações feitas com auxílio de questionários que foram previamente elaborados e em seguida aplicados a uma amostra de aproximadamente 91% dos acadêmicos formandos do curso de administração da UCDB em 2009.

O método de pesquisa adotado para a coleta, organização e interpretação dos dados, deram-se a partir de uma população de 88 formandos do curso de administração, sendo que para essa amostra foram aplicados 80 questionários, considerados 100% das respostas.

A metodologia adotada foi dedutiva, com aplicação de questionário onde haviam questões fechadas e de múltipla escolha. Com caráter exploratório, a pesquisa estimulou os entrevistados, explorando opiniões. Portanto, utilizou-se de um instrumento de pesquisa estruturado, sendo um questionário do tipo quanti-qualitativo.

O trabalho tem como a área de concentração do programa o Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades, sendo a linha de pesquisa do programa o Desenvolvimento Local em Sistemas Produtivos, Inovação e Governança. A área de conhecimento é a Ciências Sociais Aplicadas, a sub-área a Administração.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se construir um referencial conceitual que servisse de base para interpretação dos dados, analisando-se os conceitos de território, territorialidade e desenvolvimento local e outros. No segundo capítulo procurou-se descrever o processo de construção do curso de administração no Brasil e como se deu o surgimento e reconhecimento da profissão do administrador. O terceiro capítulo voltou-se para o histórico e as bases legais do curso de administração no contexto Católica Dom Bosco. No quarto capítulo é apresentada a metodologia do trabalho. No quinto capítulo são apresentados os resultados, análises e interpretações dos dados da pesquisa em relação ao processo de desenvolvimento local.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS BÁSICOS DA PESQUISA NA VISÃO DE VÁRIOS AUTORES

O objetivo deste capítulo foi de abordar as principais teorias que deram sustentação ao tema da pesquisa, servindo de apoio para a pesquisa de campo, de acordo com os conceitos do desenvolvimento local.

1.1 TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO

Inicialmente, é fundamental que se faça a conceituação de territorialidade e território, a fim de delimitar o espaço do objeto de estudo.

Santos (2004, p.19), afirmou:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é um privilégio do homem.

Percebe-se no conceito de Santos (2004), uma preocupação com construção do futuro, da mesma forma a pesquisa procurou identificar se os formandos de Administração estão ou não preparados para os novos desafios e exigências do mercado de trabalho.

No contexto deste trabalho, o território de pesquisa utilizado foram os formandos do curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco do campus de Campo Grande – MS.

Santos (2004, p.10), continuou destacando o conceito de território:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e dos exercícios da vida.

Assim a conceituação de território, traduz o sentimento que os acadêmicos têm de pertencer e participar das diversas relações existentes no curso de administração da UCDB, este como agente formador profissional.

Por sua vez Santos fez uma analogia entre o território e nível de pregar dos novos profissionais que entram no mercado de trabalho: “No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Aos atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 2000, p.79).

A noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre as dimensões territoriais e socioculturais. Territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território.

A territorialidade reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social.

Ela se desenvolve a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico engendrando um sentimento de sobrevivência do coletivo e referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses ali presentes.

A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por valores e normas sociais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro.

A territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio, ela é uma relação triangular entre os atores sociais mediada pelo espaço (ALBAGALI e MACIEL 2004).

1.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A cada dia o assunto relacionado a desenvolvimento torna-se mais comum, onde os agentes participantes do processo e transformadores locais despertam interesses da importância do mesmo junto à sociedade.

O conceito de desenvolvimento local evidencia a necessidade da convivência entre o ser humano e o seu meio externo como a natureza e os participantes do desenvolvimento, de forma a diminuir a desigualdade entre os ricos e os menos favorecidos.

Este é o princípio fundamental do desenvolvimento sustentável, em que os governantes deveriam priorizar suas políticas públicas com um único objetivo: oferecer condições necessárias de sobrevivência do seu povo, chamado aqui de sustentabilidade, ou seja, satisfazer os desejos e necessidades humanas.

Casarotto Filho & Pires (1999, p. 94), define a sustentabilidade como:

O percurso do crescimento econômico integrado por mecanismos de redistribuição da riqueza, além de reformas sociais e políticas de grande peso e impacto.

Diante desta perspectiva este trabalho foi relevante a medida que pode investigar na visão alunos do curso de administração o entendimento sobre desenvolvimento local e na visão dos mesmos, como poderiam proporcionar desenvolvimento sustentável para a sociedade de Campo Grande.

No entanto, Vieira e Weber (2000, p. 474), afirmaram que: “a sustentabilidade constitui um conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional e constante expansão”.

Ainda, nesse sentido, entendem que o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais:

- a) Sustentabilidade social, que é o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento;
- b) Sustentabilidade econômica, que foi possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas;
- c) Sustentabilidade ecológica, a expansão da capacidade de transporte da “nave espacial terrestre”, mediante a intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas;
- d) Sustentabilidade geográfica, os problemas ambientais são causados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;
- e) Sustentabilidade cultural, que talvez constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

Claxton (1994, p. 8), manifestou a ideia que o “desenvolvimento somente pode prosperar quando está enraizado na cultura e tradição de cada país”.

Esta visão de Claxton esclarece a importância que se deu este processo investigatório da pesquisa, uma vez que se pode analisar como os alunos do curso de administração estão preparados para proporcionar o desenvolvimento em Campo Grande – MS.

No entanto, Cerqueira e Facchina (2005, p. 5), mencionaram que o desenvolvimento “pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas”.

Para Tenório (2004, p. 8), o desenvolvimento local com cidadania:

É aquela ação coordenada entre a sociedade e o poder público municipal, implementada por meio de um processo participativo e democrático, em prol do bem-estar social, econômico, político e cultural de um dado território.

Buarque (1999, p. 9), sustentou que “o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos

capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Evidentemente o que se espera nos formandos de administração é que tenham o discernimento necessário que ao ingressarem no mercado de trabalho possam proporcionar o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Por outro lado, Brose (2004, p. 31), definiu o desenvolvimento local como “uma processo histórico de melhoria gradual da qualidade de vida de um dado território. Seja em uma comunidade, no município ou em uma microrregião”.

No entender de Silveira (2006, p. 52), “o desenvolvimento local não é um refúgio provisório diante dos ciclones financeiros e das mãos invisíveis que parecem tecer, com sombras de catástrofe, o destino da população”.

Esses autores exprimem o sentimento que se espera dos alunos de administração que os mesmos possam levar o seu conhecimento e aprendizado em benefício da sociedade.

No entanto Baigorri (1994, p. 5), defendeu a ideia que “há muitas falhas no planejamento do desenvolvimento local, é porque muitas vezes cai no esforço para implementar métodos que foram bem sucedidos em outros países”. O que de certa forma não condiz com a realidade de uma comunidade, não podendo assim, generalizar.

Dowbor (2007, p. 78), menciona a ideia que:

Promover o desenvolvimento local não significa voltar as costas para os processos mais amplos, incluindo os planetários; significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade.

Diante dos conceitos apresentados, evidencia-se a importância que tem o desenvolvimento local para a população e neste papel de disseminação do conhecimento, a universidade deve assumir a responsabilidade de formar cidadãos preparados para que os mesmos sejam os agentes transformadores de uma sociedade mais justa.

1.3 CASOS DE SUCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

É importante ressaltar alguns exemplos de sucessos relacionados ao desenvolvimento local, como o caso do município de Porto Murtinho no Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai.

Com o apoio do SEBRAE, foi organizado um programa chamado *Saber Empreender* direcionado para que as pessoas que querem montar o seu próprio negócio. O mesmo conta com a participação a Prefeitura, Rotary Club e a Associação de Moradores.

O projeto orienta as pessoas a planejar, definir metas e calcular custos e conhecer as regras de comercialização. Casos de sucesso como o do Sr. Pedro Ribeiro de Assunção que montou a Nova Comercial, uma loja de conveniência. Também o exemplo de Marta Cordeiro, uma vez que ela trocou as panelas da cozinha e o balcão da farmácia do marido pela própria loja de confecções, acessórios e artesanato.

Além dessa capacitação o SEBRAE tem investido também na mudança de cultura local, ajudando a prefeitura a estimular e capacitar a rede hoteleira e ampliar as opções oferecidas aos visitantes do município.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável está investindo na formação de capital humano, na construção da cultura de trabalhar juntos para o desenvolvimento do município.

Outro exemplo de sucesso vem do município de São Gabriel D'oceste em Mato Grosso do Sul. A comunidade Assentamento Campanário, está localizada há aproximadamente 10 Km de São Gabriel do Oeste – MS, cidade situada no norte do estado de Mato Grosso do Sul, essa, conhecida por ser um importante polo produtor de grãos do estado, onde sua economia está baseada na agricultura e suinocultura. São Gabriel do Oeste é uma cidade nova com apenas 29 anos de emancipação, com aproximadamente 21.000 (vinte e um mil) habitantes.

A subsistência das famílias do Assentamento Campanário se dá principalmente através da pecuária e da agricultura. De forma geral os principais

produtos comercializados do Assentamento Campanário é o leite, a nata, defumados, soja, milho, mel, mandioca e o gado.

Contudo, outros produtos são comercializados com método informal, ou seja, não existem empresas específicas para comprá-los, uma vez que são de certa forma baratos e na grande maioria oferecidos para a comunidade local do assentamento ou para a sede do município, com é o caso das feiras-livres. Os produtos comercializados é a batata, a mandioca, o queijo, hortaliças e também o mel e a garapa.

O ponto forte do assentamento, porém, para alguns empreendedores que tem o conhecimento tácito criaram seus próprios negócios, a partir dos recursos do local e a partir do seu próprio *know-how*.

Esses empreendedores como no caso da Dona Gringa que sobrevive da produção de leite e da nata, do Sr. Sordi que sobrevive da produção e venda de embutidos, entre outros que estabeleceram suas origens e oportunamente criaram suas próprias bases de desenvolvimento.

A maioria dos outros assentados utiliza dos conhecimentos trazidos de suas regiões de origens, outros empreendedores foram estimulados através de órgãos de apoio, como é o caso da Prefeitura de São Gabriel.

A Prefeitura e o Governo são organizações que apoiam o assentamento, de várias maneiras, sendo que a última ação que está sendo implantada é a criação e construção do centro de comercialização dos produtos do Assentamento Campanário, a se estabelecer às margens da rodovia BR-163, oportunizando um novo canal de venda para os produtos do assentamento.

A comunidade espera que ao longo do tempo seus produtos irão ter valor agregado, reconhecidos com qualidade, uma vez que são produzidos pela região.

No assentamento existe uma associação que é liderada e administrada pelo senhor Roque Buzanello há 6 anos, que procura fazer uma ponte entre as necessidades locais com as políticas públicas municipais.

A associação é fundada como ACAFE - Associação Campanário do Assentamento Familiar. É um órgão de significativa importância e responsável por criar meios de acesso às várias opções de implementação da estrutura produtiva,

aquisição de recursos e maior fator de viabilidade comercial na negociação de seus produtos.

Portanto, o potencial e as potencialidades existem no local, e o desenvolvimento é criado a partir das necessidades e vontades das pessoas.

1.4 COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os relacionamentos da comunidade, das associações comunitárias e das empresas participantes do processo de desenvolvimento local, como as organizações de apoio, são de fundamental importância para apoiar a sustentabilidade desses grupos. Através do apoio financeiro, tecnológico, capacitação, entre outros, é que poderão tornar viáveis os projetos sociais.

Para Drucker (1987, p.245), os diversos setores da economia precisam ser inovadores e flexíveis às mudanças:

[...] as instituições de serviço público, tais como órgãos governamentais, sindicatos trabalhistas, igrejas, universidades, escolas, hospitais, organizações comunitárias e beneficentes, associações profissionais e comerciais, e semelhantes, precisam ser tão empreendedoras e inovadoras quanto qualquer negócio.

Nesse âmbito, o desenvolvimento econômico só pode ser alcançado de forma sustentável caso seja amplamente apoiado em uma sociedade empreendedora. As organizações de apoio possuem enormes responsabilidades para a conquista deste desenvolvimento em busca das diversas formas de sustentabilidade.

O papel da comunidade é muito importante para que possa atingir seu pleno desempenho da sustentabilidade. Com a união de todos envolvidos, a participação dos mesmos em questões que envolvam o bem-comum, também deverão ter a busca pela solidariedade com toda a comunidade local, lembrando que sustentabilidade é a utilização dos recursos atuais existentes sem prejudicar as gerações futuras.

São empreendedores aqueles transformam os recursos locais em renda e desenvolvimento. Joseph Alois Schumpeter (1883 – 1950), foi um economista

austriaco que estudou em Harvard, nos EUA, e tornou-se um dos principais personagens e defensores da inovação e empreendedorismo que, segundo ele, caminham lado a lado.

Sua grande reputação é apoiada em uma única expressão: “destruição criativa”. O novo ocupa espaço do velho, novas tecnologias ou estruturas ocupam espaços das velhas (SCHUMPETER, 1984).

Esse processo evolutivo faz com que sejam criadas empresas inovadoras e novas formas de trabalhar, respondendo às solicitações do mercado.

As empresas que não responderem rapidamente as demandas do mercado ou que não sejam inovadoras, sem dúvida terão uma grande probabilidade de fecharem as portas.

Para Schumpeter (1984), existem três fatores principais que desenvolvem o setor econômico: inovações tecnológicas, crédito e empresário inovador.

Com todo esse progresso em que vivemos, onde as transformações ocorrem com extrema velocidade, levaram as organizações a terem preocupações com o meio ambiente, logo, não há como dissociar desenvolvimento local sem que haja as responsabilidades governamentais, das empresas e da sociedade.

Portanto, todos esses apontamentos dos autores dizem respeito ao que se espera dos alunos do curso de administração ao terminarem o curso e ingressarem no mercado de trabalho, que possam levar o progresso, o desenvolvimento da comunidade, uma melhor qualidade de vida, enfim, que possam proporcionar o desenvolvimento local.

1.5 CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital permite compreender as relações existentes entre os membros de um grupo de pessoas, considerando também a existência do capital físico (instalações) e o capital humano.

Um dos aspectos mais importantes deste trabalho foi justamente poder identificar como o capital social e humano interagem em benefício da sociedade. O

capital humano aqui referenciado seriam os alunos do curso de administração da UCDB.

Durante a pesquisa procurou-se também investigar como a Universidade Católica exerceu seu processo contributivo para inserir no mercado de trabalho pessoas que pudessem proporcionar o desenvolvimento da sociedade.

Sendo assim, o capital humano explorado nesta pesquisa foram os formandos do curso de administração UCDB, para que pudesse compreender e entender na visão dos mesmos as relações existentes sobre desenvolvimento local.

Não menos importante, a investigação do capital social deste trabalho pode identificar, como por exemplo, as áreas que os formandos do curso de administração gostariam de trabalhar para proporcionar o desenvolvimento de Campo Grande – MS, portanto seriam as relações sociais.

Para Aquino (*apud* Coleman, 2000, p. 24), capital social é chamado de:

Conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em tais relações.

Logo, o estudo e o entendimento do capital social foram de suma importância para que durante a execução desse trabalho tivesse êxito na sua conclusão.

Há de se considerar que capital social para Dolabela (2007) pode ser entendido como a capacidade dos membros de uma comunidade se associar e organizar em torno da solução de seus problemas e da construção de sua prosperidade social e econômica.

No entanto, Durston (1999, p. 103), afirmou que o capital social é: “o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança, a cooperação nas comunidades e na sociedade”.

A construção de uma nova sociedade é responsabilidade de todos e a inclusão dos menos favorecidos é uma das premissas básicas do capital social e de acordo com Dowbor (2007, p. 79): “Esse aprender a colaborar se tornou suficiente para ser

classificado como um capital, uma riqueza de cada comunidade, sob forma de capital social”.

Setton (2005, p. 82), enfatizou que: “a presença objetiva de um capital social só terá sentido se este for controlado em condições que tornem possível a sua transmissão”.

No entanto, Albagali e Maciel (2004, p. 12), reafirmaram que:

O conceito de capital social, que se difunde desde a década de 1990, expressa o reconhecimento e a valorização de recursos embutidos em estruturas sociais, até então não contabilizados por outras formas de capital.

Por outro lado, Marteleto e Silva (2004, p. 44), definem capital social como: “as normas, os valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro e entre diferentes grupos sociais”.

Portanto, os pensamentos desses autores vêm de encontro ao que se procurou investigar neste trabalho, ou seja, identificar o entendimento dos alunos de administração sobre desenvolvimento local e suas áreas de interesse para trabalhar e consequentemente proporcionar desenvolvimento na sociedade.

1.6 CAPITAL HUMANO

O capital humano leva em consideração o conhecimento das habilidades e do conhecimento das pessoas, individuais e coletivas, assim, não há como dissociar, que as pessoas, os cidadãos, são valores intangíveis que devem ser valorizados pelas organizações.

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2000, p. 206):

O capital humano é fator do ganho de renda potencial incorporado nos indivíduos. O capital humano inclui a habilidade inerente à pessoa e o talento, assim como a educação e as habilidades adquiridas. O capital humano é adquirido por meio da educação formal e do treinamento informal, e através da experiência.

O conhecimento, as experiências, o relacionamento, as habilidades, são consideradas capital humano, um ativo intangível, são únicos, pertencentes ao indivíduo, de cada colaborador, que através dessas manifestações e de outras competências, proporcionam melhorias contínuas as organizações, para que tenham vantagem competitiva.

Bourdieu (1980, p. 67), definiu capital humano como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. [...] O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

O conceito de Bourdieu (1980) evidencia a importância do capital humano no processo de desenvolvimento local como agentes de transformação da comunidade.

No mesmo sentido, Squizato (2006, p. 22), fez comentários a respeito da sustentabilidade e o papel da atividade humana.

Desafio maior da sustentabilidade, a garantia do bem-estar das gerações futuras envolve a soma das atividades do homem. A multiplicação de formas menos agressivas de interação com o meio ambiente e a redução das desigualdades sociais são fundamentais. A solução jamais será numericamente exata, mas mesmo diante da divisão de escassos recursos, deve envolver a igualdade. Montada dessa forma, a equação mostra claramente que o desafio está nas pessoas. A formação do capital humano é, portanto, o caminho lógico a seguir.

Assim, o capital humano é responsável pelas inovações nas empresas, como por exemplo, através da implantação de novos processos, melhorias na gestão empresarial, mudanças de comportamentos, enfim, ações que provoquem desenvolvimento das organizações e, por conseguinte, da sociedade.

Portanto, procurou-se identificar neste trabalho, as relações existentes entre o capital humano, no caso os alunos do curso de administração e como o

conhecimento adquirido ao longo do curso poderá ser utilizado em benefício da sociedade de Campo Grande – MS.

2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O presente capítulo teve como objetivo compreender os conceitos relacionados à Administração, bem como descrever os principais fatos históricos que como se deu o início ao curso de Administração no Brasil.

2.1 ADMINISTRAÇÃO

O conceito de administração é apresentado por diversas vertentes e considerado por alguns autores como um conhecimento que está sempre em constante processo evolutivo.

Para Oliveira (2008, p. 8), a administração é:

O sistema estruturado e intuitivo que consolida um conjunto de princípios, processo e funções para alcançar, harmonicamente, o processo de planejamento de situações futuras desejadas e seu posterior controle e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade, bem como a organização – estruturação – e a direção dos recursos das organizações para os resultados esperados, com a minimização dos conflitos interpessoais.

No entanto, Lacombe e Heilborn (2003, p. 48), definiram a administração como: “um conjunto de princípios e normas que tem por objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado em comum”.

Chiavenato (2003, p 11), afirmou que a palavra administração tem origem no latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência) e significa: “aquele que realiza uma função sob o comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro”.

Conceituou ainda a administração como: o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 2003, p. 11).

Pelo mesmo prisma, Maximiano (2006, p.6), conceituou a administração como: “o processo de tomar decisões sobre objetivos e utilização de recursos, que abrange cinco tipos principais de decisões, também chamadas processos ou funções: planejamento, organização, liderança, execução e controle”.

2.2 O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, o ensino de Administração no Brasil passou por dois momentos marcados pelos currículos mínimos aprovados em 1966 e 1993, culminando com a apresentação da proposta de diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Administração elaboradas em 1998, quando eram membros da Comissão de Especialistas de Ensino de Administração da SESu/MEC.

Comparativamente com os Estados Unidos da América, os cursos de Administração no Brasil têm uma história mais recente, uma vez que os primeiros cursos nos EUA se iniciaram no final do século XIX, com a criação da Wharton School, em 1881. Em 1952, ano em que se iniciava o ensino de Administração no Brasil, os EUA já formavam em torno de 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e cem doutores por ano, em Administração (CFA, 2009).

A evolução de tais cursos se apresenta como uma faceta do desenvolvimento do espírito modernizante. É neste sentido, isto é, na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira, que se deve buscar as condições e as motivações para a criação desses cursos.

Para Covre (1992), tais motivações estão relacionadas com o caráter de especialização e uso crescente da técnica, tornando imprescindível a presença de profissionais para as diferentes funções de controlar, analisar e planejar as atividades empresariais.

O contexto para a formação do Administrador no Brasil começou a ganhar contornos mais claros no período entre 1940 - 1950. A partir desse período,

acentua-se a necessidade de mão-de-obra qualificada e, consequentemente, da profissionalização do Ensino de Administração (CFA, 2009).

Covre (1992) ressaltou a importância da formação de pessoal especializado para a planificação de mudanças, assim como da criação de centros de investigação para dar suporte a questões econômicas e administrativas, em uma sociedade que passava de um estágio agrário para a industrialização.

Segundo essa visão, tratava-se de formar, a partir do sistema escolar, um Administrador profissional, apto para atender ao processo de industrialização. Tal processo desenvolveu-se de forma gradativa, desde 1930, porém, acentuou-se por ocasião da regulamentação da profissão, ocorrida em 1965, através da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965. Com essa Lei, o acesso ao mercado profissional seria privativo dos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário.

O ensino de administração veio privilegiar a participação das grandes unidades produtivas, que passaram a constituir um elemento fundamental na economia do país, principalmente a partir de 1964.

A grande preocupação com os assuntos econômicos teve seu marco em 1943. Naquele ano, realizou-se, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Economia, no qual se manifestou grande interesse pela industrialização do país, postulando-se iniciativas concretas por parte do Estado para motivar a pesquisa em assuntos econômicos. Porém, tais estudos vinham sendo realizados basicamente nos cursos de Direito na disciplina de economia, vista como de "formação geral" (CFA, 2009).

Somente em 1945 surgiram os primeiros resultados quanto à implantação desse ensino. Nesse ano, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, encaminhou à Presidência da República um documento que propunha a criação de dois cursos universitários: Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. O documento afirmava que as atividades de direção e orientação, tanto nos negócios públicos como nos empresariais, haviam atingido um nível de maior complexidade, exigindo de seus administradores e técnicos conhecimentos especializados. Isso possibilitou que os cursos de economia passassem a ter um caráter de especialização, não mais de natureza genérica, como anteriormente (CFA, 2009).

A criação desses cursos assumiu um papel relevante, por ampliar a organização escolar do país que, até então, constituía-se apenas de engenheiros, médicos e advogados.

Nesse sentido, é significativo considerar a importância do Manifesto dos "Pioneiros da Educação Nova" que, em 1932, abordava a necessidade de outros cursos universitários, além dos já mencionados.

O ensino de Administração está relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Esse processo foi marcado por dois momentos históricos distintos.

O primeiro, pelos governos de Getúlio Vargas, representativos do projeto "autônomo", de caráter nacionalista.

O segundo, pelo governo de Juscelino Kubitschek, evidenciado pelo projeto de desenvolvimento associado e caracterizado pelo tipo de abertura econômica de caráter internacionalista. Este último apresentou-se como um ensaio do modelo de desenvolvimento adotado após 1964. Nesse período, o processo de industrialização se acentuou, sobretudo devido à importação de tecnologia norte-americana.

O surgimento de ensino superior, e em especial o de Administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre essa expansão e o tipo de desenvolvimento econômico adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa.

Nesse contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa e com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão-de-obra de nível superior para lidar com essa realidade (CFA, 2009).

Através da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país.

Tais instituições ocuparam uma posição dominante no campo das instituições de ensino de Administração, assim como de referência do posterior desenvolvimento desses cursos.

É importante considerar que a ideia dos fundadores dessas instituições era criar um novo tipo de intelectual, dotado de uma formação técnica capaz de revestir

suas ações de conhecimentos especializadas, como uma estratégia indispensável ao prosseguimento das transformações econômicas iniciadas em meados dos anos trinta.

Tratava-se, para Martins (1989) de formar, a partir do sistema escolar, o "administrador profissional". Esse processo se intensificaria no momento da regulamentação da profissão ocorrida na metade dos anos sessenta (1965), quando o acesso ao mercado profissional seria restrito aos portadores de títulos universitários.

A FGV representa a primeira e mais importante instituição que desenvolveu o ensino de Administração. Sua origem remonta à criação do DASP em 1938.

O Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) tinha como finalidade estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e criar canais mais democráticos para o recrutamento de Recursos Humanos para a administração pública, por meio de concursos de admissão (CFA, 2009).

A ideia da criação da nova Instituição foi bem acolhida pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que autorizou o DASP a promover a abertura de uma entidade voltada ao estudo de princípios e métodos da organização racional do trabalho, visando à preparação de pessoal qualificado para a administração pública e privada.

A instituição surgiu por meio do Decreto nº 6.933, próxima ao pólo dominante dos campos do poder político e econômico (CFA, 2009).

Foi na FGV que surgiram os primeiros institutos de investigação sobre assuntos econômicos do país, com propósito de fornecer resultados para as atividades dos setores estatais e privado.

A criação da Fundação Getúlio Vargas ocorreu em um momento em que o ensino superior brasileiro deslocava-se de uma tendência européia para uma tendência norte-americana. Isto é evidente, uma vez que a FGV tem apresentado um vínculo entre seus organizadores e o ensino universitário norte-americano, de onde proveio a inspiração para estruturá-la em termos de fundação (CFA, 2009).

Martins (1989) comentou ainda que o objetivo da Fundação era formar especialistas para atender ao setor produtivo, tomando-se como inspiração as experiências norte-americanas.

Em 1948, representantes dessa Instituição visitaram vinte e cinco Universidades americanas que mantinham cursos de Administração Pública, com intuito de conhecer diferentes formas de organização. Isto favoreceu a realização de encontros entre representantes da FGV e professores norte-americanos visando à criação de uma escola voltada ao treinamento de especialistas em Administração Pública.

Como fruto dessas relações, foi criada em 1952 a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pela Fundação Getúlio Vargas, com o apoio da ONU e da UNESCO para a manutenção inicial. O convênio com esses organismos internacionais previa a manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsas de estudo para o aperfeiçoamento dos futuros docentes no exterior (CFA, 2009).

Com o surgimento da EBAP no Rio de Janeiro, a FGV preocupou-se em criar uma escola destinada especificamente à preparação de Administradores de Empresas, vinculada ao mundo empresarial, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de administração empresarial.

Essa situação possibilitou a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954. É importante destacar que a FGV escolheu essa cidade, considerada a capital econômica do país, "coração e cérebro da iniciativa privada", com intuito de atender às expectativas do empresariado. Para a implantação da escola, a FGV buscou apoio do governo federal, do estado de São Paulo e da iniciativa privada (CFA, 2009).

Para dar início às atividades nessa nova Instituição, a FGV firmou um acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos). Nesse convênio, o governo norte-americano se comprometia a manter, junto a esta escola, uma missão universitária de especialistas em Administração de Empresas, recrutados na Universidade Estadual de Michigan (CFA, 2009).

Por outro lado, a FGV enviaria docentes para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, com intuito de preencher os quadros do corpo docente da EAESP.

Tal convênio revelava a influência do ensino de Administração norte-americano na realidade brasileira, evidenciada, sobretudo, por meio dos currículos e bibliografias.

A missão universitária norte-americana atuou na EAESP até 1965, fornecendo uma forte estrutura acadêmica à instituição que lhe permitiu ocupar uma posição dominante entre os cursos de Administração do País.

Com a criação da EAESP, surgiu o primeiro currículo especializado em Administração, que influenciou, de alguma forma, o movimento posterior nas instituições de ensino superior do País (CFA, 2009).

A partir de 1960 a FGV passou a criar cursos de pós-graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas. Em meados dessa década, iniciou a oferta regular dos cursos de mestrado.

Com a criação dos cursos dos programas de pós-graduação nível de mestrado, a FGV passou a ser o centro formador de professores para outras instituições de ensino, no momento em que ocorreu uma enorme expansão dos cursos de Administração. Como consequência dessa expansão, na metade da década de 70, a entidade passou a ministrar um programa de pós-graduação em nível de doutorado (CFA, 2009).

Para o CFA, outra instituição de muita relevância para o desenvolvimento do ensino de Administração tem sido a Universidade de São Paulo (USP), que surgiu da articulação de políticos, intelectuais e jornalistas.

De acordo com o CFA, a Universidade de São Paulo surgiu em 1934, por meio da aglutinação de faculdades já existentes e da abertura de novos centros de ensino. Em 1946, foi criada a Faculdade de Economia e Administração (FEA), que tinha por objetivo formar funcionários para os grandes estabelecimentos de Administração pública e privada.

A criação da FEA se deve principalmente ao grande desenvolvimento da industrialização, quando surgiram empresas movimentando vultosos capitais que exigiram, para sua gestão, técnicas altamente especializadas.

Assim como a FGV, por meio da EBAP e da EAESP, também a Faculdade de Economia e Administração foi criada com um objetivo prático e bem definido:

atender, por meio da preparação de recursos humanos, às demandas oriundas do acelerado crescimento econômico.

Foram os interesses públicos e privados que influenciaram na criação da Faculdade de Economia e administração. Segundo Martins (1989), o objetivo era de prestar colaboração às empresas privadas e a todos os órgãos do serviço público.

Desde o início, a instituição procurou criar relações principalmente com a Administração Pública local. Estabeleceu contato com a Federação das Indústrias, com a Associação Comercial do Estado de São Paulo e com a iniciativa privada. Tais relações permitiram que o quadro de professores desenvolvesse, além de suas funções didáticas, um trabalho de assessoria junto a organismos privados e na administração estatal.

No interior da FEA, foram criados institutos que desempenharam um papel estratégico para sua articulação com o campo do poder econômico, na medida em que passou a prestar serviços a organismos públicos e privados.

É importante mencionar o Instituto de Administração, criado em 1946, que, juntamente com a FEA, foi, até 1966, muito importante na orientação de projetos e pesquisas para a administração pública e estatal (CFA, 2009).

A FEA, nos seus primeiros 20 anos, possuía apenas os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, e não oferecia os Cursos de Administração. Mesmo assim, ambos os cursos evidenciavam um conjunto de disciplinas que tratava de questões administrativas.

O Instituto de Administração tinha por objetivo realizar pesquisas na área. Essa orientação permitiu o surgimento da Revista de Administração, por meio do Departamento de Serviço Público.

Somente no início dos anos 60, a FEA sofreu algumas alterações estruturais, dando origem ao Departamento de Administração, composto por disciplinas integradas aos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

Segundo Martins (1989), nessa época, surgiram os primeiros programas pós-graduação da faculdade, inclusive em Administração, embora, ainda não existisse o curso de graduação. Isto só veio a ocorrer em 1963, quando a faculdade passou a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.

É importante considerar que, enquanto a criação da EBAP e EAESP correspondeu a um momento histórico, em que o segundo Governo de Getúlio Vargas procurou conduzir uma política econômica, baseada na criação de empresas estatais e empresas privadas nacionais, retomando o tema do nacionalismo.

A criação do curso de Administração da FEA coincidiu com um momento em que a grande empresa estrangeira havia se consolidado no mercado interno nacional.

A partir de 1972, o Instituto de Administração foi reestruturado, passando a ligar-se ao Departamento de Administração e não mais a um grupo de disciplinas. Seu principal objetivo tem sido o de prestar serviços a entidades públicas e privadas, realizando pesquisas e treinamento de pessoal (CFA, 2009).

Segundo Martins (1989), os serviços prestados geraram um fundo de pesquisa, transformando-o em um órgão captador de recursos no interior da Faculdade de Economia e Administração.

Observa-se também que a criação e a evolução dos cursos de Administração na sociedade brasileira, no seu primeiro momento, se deram no interior de Instituições Universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa. Essas escolas transformaram-se em pólos de referência para a organização e funcionamento desse campo.

No final dos anos 60, ocorreria a evolução dos Cursos de Administração, não mais vinculada a Instituições Universitárias, mas às Faculdades Isoladas que proliferaram no bojo do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira.

Essa expansão também está relacionada às transformações ocorridas no plano econômico. A partir da década de 60, o estilo de desenvolvimento privilegiou as grandes unidades produtivas na economia do país. Ocorreu o crescimento acentuado das grandes empresas, principalmente estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica.

Isso implicou diretamente a necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações. Diante dessa situação, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros, tendo em vista o tamanho e complexidade das estruturas. Isso veio

constituir um espaço potencial para a utilização dos Administradores que passaram pelo sistema escolar.

Com as mudanças econômicas, um novo acontecimento acentuou a tendência à profissionalização do Administrador: a regulamentação dessa atividade, que ocorreu na metade da década de 60, pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

A presente Lei, no seu artigo 3º, afirma que o exercício da profissão de Técnico em Administração é privativo dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Isso veio ampliar um vasto campo de trabalho para a profissão de Administrador (CFA, 2009).

No ano seguinte à regulamentação da profissão, por meio do Parecer nº 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração. Dessa forma, foram institucionalizadas, no Brasil, a profissão e a Formação de Técnico em Administração (CFA, 2009).

As diretrizes do parecer se inspiraram na análise das condições reais da Administração no País e nos postulados que emanavam da lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional.

Tal currículo procurou agrupar matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se inseria o fenômeno administrativo; matérias instrumentais, oferecendo os modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional, e matérias de formação profissional.

Com a liberdade dada pelo currículo, as escolas poderiam ministrar as matérias do currículo mínimo com diferentes dosagens de tempo assim como quanto aos objetivos, na organização de cursos ou seminários de aplicação mais restrita ou especializada.

Tem-se de superar certa tendência atomística que decompõe o currículo em todos os elementos que poderá abranger, adicionados, depois, como matérias autônomas: é a tendência prevalecente ao longo da tradição educacional, a que se deve a excessiva densidade dos planos de estudo.

Dentro dessa orientação, mais ou menos mecânica, torna-se impraticável a redução, salvo por processo igualmente mecânico que elimina, mutilando (CFA, 2009).

De acordo com o Parecer nº 307/66, o currículo mínimo do curso de Administração, que habilita ao exercício da profissão de Técnico de Administração, seria constituído das seguintes matérias:

Tabela 1 - Matérias do Curso Técnico de Administração

Relação das matérias	
Matemática	Estatística
Contabilidade	Teoria Econômica
Economia Brasileira	Psicologia Aplicada à Administração
Sociologia Aplicada à Administração	Instituições de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa)
Legislação Social	Legislação Tributária
Teoria Geral da Administração	Administração Financeira e Orçamento
Administração de Pessoal	Administração de Material

Além desse elenco de matérias, tornava-se obrigatório o Direito Administrativo, ou Administração de Produção e Administração de Vendas, segundo a opção do aluno. Segundo Parecer nº 307/66, os alunos também tinham de realizar um estágio supervisionado de seis meses para obter o diploma (CFA, 2009).

A partir dessa regulamentação, procurou-se instituir organismos que controlassem o exercício da profissão. A partir do Parecer nº 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966, foram criados, então, os Conselhos Regionais de Administração (CRAs).

A função de tais organismos era fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais. Só poderiam exercer a profissão aqueles que fossem registrados nos CRAs.

Esse organismo passaria a ter um forte controle sobre as condições de acesso à profissão.

Isso mostra que a regulamentação da profissão de Administrador, ao institucionalizar que o seu exercício seria privativo daqueles que possuíam título de bacharel em Administração, contribuiria de forma acentuada para a expansão desses cursos.

Outro fator que contribuiu significativamente nesse processo de profissionalização foi a lei da Reforma do Ensino Superior.

Essas leis estabeleceram claramente níveis de ensino tipicamente voltados às necessidades empresariais, assim como possibilitaram o surgimento de Instituições privadas, que, juntamente com as Universidades, pudessem corresponder à grande demanda de ensino superior desde a década de 50 (CFA, 2009).

A Lei nº 5.540, nos seus artigos 18 e 23, afirma que: "os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e a duração, a fim de corresponder às profissões reguladas em Lei: As Universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros cursos para atender às exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho regional" (CFA, 2009).

Tais acontecimentos repercutiram significativamente, uma vez que, em um intervalo de 30 anos, o ensino de Administração alcançou uma dimensão significativa na sociedade brasileira, considerando que contava com dois cursos apenas em 1954, o da EBAP e o da EAESP, ambos mantidos pela FGV (CFA, 2009).

Por meio da tabela 2, pode-se verificar a evolução do número dos cursos de administração antes da década de 60 até o ano 2008.

Tabela 2 – Evolução dos cursos de Administração no Brasil

Ano	Número de cursos no Brasil
Antes de 1960	2
1960	31
1970	247
1980	305
1990	823
2000	1.462
2008	1.809

Fonte: MEC / INEP (2010).

Essa relação entre prática profissional e a obtenção de título específico impulsionou aqueles que aspiravam a ter acesso a funções econômico-administrativas, em órgãos públicos ou privados, a ingressar em centros de ensino que oferecessem tal habilitação.

Também aqueles que já desenvolviam tais atividades no mercado profissional foram estimulados a buscar a graduação universitária para obter promoções.

Um dos aspectos que merece ser destacado na expansão dos cursos de Administração é a considerável participação da rede privada nesse processo, ocorrido a partir do final dos anos 70 (CFA, 2009).

No início da década de 80, o sistema particular era responsável por aproximadamente 79% dos alunos, ficando o sistema público com o restante (21%). O mesmo ocorre nas demais áreas do conhecimento, onde a distribuição é de 61% para a rede privada (CFA, 2009).

Ao contrário das primeiras escolas, que nasceram próximas aos campos do poder econômico e político, as novas escolas, de maneira geral, nasceram equidistantes das expectativas e dos grupos que ocupam posições dominantes nesses campos.

Essas escolas surgiram a partir da iniciativa daqueles que atuavam no setor educacional, aproveitando o momento em que o Estado pós-64 abriu um grande espaço para a iniciativa privada, visando a atender à crescente demanda de acesso ao ensino de 3º grau.

A abertura dos cursos apresentava-se vantajosa, uma vez que poderiam ser estruturadas sem muitos dispêndios financeiros. Tais cursos buscavam certa rentabilidade acadêmica, procurando adaptar suas práticas acadêmicas aos grandes centros que desfrutam de maior legitimidade (CFA, 2009).

Observa-se uma relação assimétrica, em que as primeiras escolas de Administração, como tendência, têm produzido para o setor público e privado uma elite administrativa vinculada aos pólos dominantes dos campos do poder político e econômico.

Por outro lado, as novas instituições têm produzido os quadros médios para as burocracias públicas e privadas que, em função de sua complexidade, necessitam

de pessoal para suas rotinas, isto é, um pessoal treinado para questões econômico-administrativas.

Outro fator, também fruto da expansão dos cursos de Administração na sociedade brasileira, é a concentração desse ensino em determinadas regiões. No início da década de 80, as regiões Sudeste e Sul respondiam por 80.722 alunos e 81% de todo o ensino de Administração do País (CFA, 2009).

Esses dados indicam uma forte prevalência das regiões de maior concentração e diferenciação produtiva, onde se localizam as maiores oportunidades em termos de mercado de trabalho para essa profissão (CFA, 2009).

Isto mostra que a preocupação não deve estar apenas voltada à preparação de profissionais para as empresas privadas. No momento em que o Brasil se encaminha para uma sociedade democrática, parece oportuno defender a formação de um profissional capaz de atuar em outras formas organizacionais, tais como: associações de bairros, cooperativas, pequenas empresas e outros campos novos à espera de formas organizacionais inovadoras, além do seu tradicional campo nas empresas.

2.3 ENSINO ACADÊMICO

Nos últimos anos o Brasil evoluiu muito na área da educação. Os resultados alcançados têm-se revelado em função dos investimentos em todos os níveis de ensino e como consequência, um maior desenvolvimento econômico em todos os setores da economia nacional.

Segundo Dolabela (1999, p.201), as Instituições de Ensino Superior necessitam modificar os conceitos na formação do cidadão:

[...] pior que o desemprego é a 'síndrome do empregado' criada pelas nossas universidades, pela nossa cultura e que significa alguém preparado somente para executar o que outros criaram. Ela sabe como fazer, mas somente isso. Não sabe por que fazer, quando fazer, e não sabe definir o que fazer. Esta figura está em extinção.

Na área acadêmica, os cursos universitários são orientados para a formação de um profissional para o mercado de trabalho, que busque um emprego, sem exigências de criatividade à inovação, a mudar o que é velho ou se tornar um agente transformador, quando esses cursos deveriam estar capacitando profissionais empreendedores, estimulados à criatividade, às inovações e às mudanças.

Para Grynspan (1999), a indústria inovadora precisa de um profissional que seja capaz de inovar. Em outras palavras, precisa da universidade que consiga formar esse profissional. Este é o principal produto que a universidade pode fornecer à indústria.

De acordo com Fujino (1999, p. 46-55):

[...] a partir de determinados momentos da sua história, a universidade pública brasileira foi capaz de incorporar a pesquisa e a extensão, que não constavam de sua missão clássica. Na segunda metade do século 20, passou-se a notar que o conhecimento por ela gerado tinha um valor de troca significativo, e que seus quadros docentes e discentes constituíam expressivo potencial empreendedor em segmentos de alta tecnologia.

Logo, os meios acadêmicos possuem um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e da sociedade. Ser um agente capaz de criar todas as condições favoráveis para despertar no ser humano o espírito empreendedor, fomentando ideias e oportunidades capazes de serem exploradas pelo futuro profissional.

Rodrigues (2004), fez uma colocação a respeito da importância do profissional empreendedor para o desenvolvimento local:

A premissa é que eles fiquem atentos ao mercado e consigam antecipar demandas. Nesse sentido, a disciplina de criatividade é um subconjunto da de empreendedorismo. Para dar certo, não basta desenvolver pensamento criativo, mas ter a capacidade de perceber o que os consumidores vão desejar lá na frente. Há três abordagens para o tema dentro da sala de aula. A mais comum, da perspectiva de quem, de fato, se interessa em gerir uma micro ou pequena empresa, recebe o nome de empreendedorismo (RODRIGUES, 2004)

Da mesma forma Rodrigues (2004), comentou que o empreendedorismo trata-se de uma questão estratégica para o país. Esses estudantes envolvidos hoje em projetos vão gerar riqueza para o país de tal forma a mudar os destinos da nação.

Assim, as Instituições de Ensino Superior deverão rever seus papéis de ser formadores de cidadãos que busquem somente emprego no mercado. A velocidade das mudanças tecnológicas, do meio ambiente, da sociedade, enfim, de tudo que cerca o indivíduo e as empresas, tem exigido das pessoas o mesmo dinamismo, e somente através da capacitação é que poderão ser supridas as necessidades cada vez mais exigentes do mercado globalizado.

De acordo com Oliveira (2003), com o aumento da concorrência e a globalização dos mercados, a universidade passou a ser vista como uma fonte importante de tecnologia para fornecer a competitividade e sobrevivência para as empresas, em contrapartida as empresas podem fornecer recursos alternativos para as universidades.

Deste modo Santos (1996, p. 217), comentou a respeito da importância da divisão do trabalho, das oportunidades e competência humana.

O trabalho local depende das infraestruturas localmente existentes e do processo nacional de divisão de trabalho nacional. Os segmentos locais da configuração territorial do país condicionam o processo direto da produção, sua demanda em mão-de-obra, tempo, capital. O trabalho nacional, isto é as grandes escolhas produtivas e socioculturais, implica uma repartição subordinada de recursos, oportunidades e competências e a submissão a normas geradoras de relações internas e externas.

Neste ponto de vista, as universidades exercem um papel preponderante, na formação dos recursos humanos necessários para ocuparem posições na divisão do trabalho. Por outro lado as empresas também têm seu papel de responsabilidade na geração deste capital, não somente do ponto de vista financeiro, mas humano.

Para Oliveira (*apud* Plonski, 2003, p. 1): “a existência de universidade aumenta a atratividade de uma região para investimentos empresariais, interessados em competitividade sistêmica”.

Assim, esses investimentos geram empregos, a atração de outras empresas de interesse na região, o comércio gera maior circulação de dinheiro e outros pequenos negócios são formados na comunidade.

2.4 EMPREENDEDORISMO PROFISSIONAL

A educação empreendedora é de extrema importância como impulso à abertura de novos negócios no Brasil. É importante que seja aperfeiçoado a formação educacional em geral e implementadas disciplinas específicas para o desenvolvimento de atitudes e habilidades empreendedoras em todos os graus de ensino.

O Curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco é considerado de extrema importância e fundamental como fonte multiplicadora do saber e forte formadora de opinião

No curso de administração de empresas o currículo é dirigido principalmente para a formação de gerentes, e a abordagem do ensino elege a grande empresa privada ou pública como tema central, ignorando, como regra, o estudo da pequena e micro empresa e do terceiro setor.

Na grande maioria dos cursos universitários a cultura geral do ensino pressupõe que o aluno esteja em busca de uma qualificação que lhe garanta um emprego, preferencialmente para toda a sua vida profissional.

Entretanto, alguns especialistas, utilizam o termo educação com uma conotação negativa, apontando dificuldades na área educacional, em específico, em graus mais avançados de ensino, com críticas a um sistema escolar que não forma o indivíduo para ousar ou mesmo para ter competências e habilidades básicas para a condução dos negócios.

Estes fatores são reflexos da ausência das disciplinas voltadas ao empreendedorismo, quanto da falta de preparo dos professores para lidar com a questão.

A cultura brasileira é uma barreira, quando privilegia a busca pelo emprego formal, pela carreira em grandes e estabelecidas empresas, e não reforça a figura do empreendedor como alguém a ser admirado e imitado.

Os cursos profissionalizantes e superiores devem mudar seu enfoque, pois eles formam estudantes para serem empregados de grandes empresas.

2.5 EDUCAÇÃO

Esta parte da pesquisa irá abordar diversos conceitos relacionados à educação e sua importância para formação profissional, para o desenvolvimento humano e da sociedade.

De acordo com o MEC (2001) a educação é o principal alicerce da vida social, ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania e constrói saberes para o trabalho.

Schultz (1973, p. 79), comentou a importância e o custo da formação do Capital pela educação:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo.

Assim, a educação faz parte da pessoa que a recebe, tornando-se seu principal “ativo”, seu capital de maior valor, que é de sua propriedade, onde o nível de educação pode variar de acordo com o tempo e esforço de cada estudante e dever ser tratada como um investimento.

Libâneo (1998, p. 22), definiu a educação como: “o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais”.

Vaidergorn (2001, p. 84), considerou a educação: “como um dos pilares que possibilitam uma inserção mais vantajosa do país no mercado globalizado e um dos fundamentos da inserção no mundo competitivo atual é o domínio e a produção do conhecimento, que passam a ser um bem”.

Claxton (1994, p. 33), defendeu a ideia que “a educação cumpre uma função chave ao introduzir hábitos, atitudes, costumes, técnicas e conhecimentos necessários para o desenvolvimento produtivo”. Por outra vertente, Dowbor (2007, p. 82), argumentou que “na sociedade do conhecimento para a qual evoluímos

rapidamente, todos – e não só as instituições de ensino – se defrontam com as dificuldades de se lidar com muito mais conhecimento e informação”.

Para Frantz (2001, p. 244), argumenta que “no diálogo da cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas”.

Dowbor (2007, p. 76), enfatizou que:

A ideia de educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a essa compreensão e à necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar das iniciativas capazes de transformar o seu entorno.

Dowbor (2007), defendeu ainda que, a escola passa, assim, a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos correspondentes.

Portanto, os comentários descritos evidenciam a relação existente entre educação e desenvolvimento, que na opinião dos autores o desenvolvimento de uma sociedade passa pela educação do seu povo.

Assim, uma das justificativas para o desenvolvimento desse trabalho foi identificar como o ensino-aprendizagem dos alunos de administração poderá ser utilizado em benefício da sociedade de Campo Grande – MS.

3 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO CONTEXTO DA UCDB

O Objetivo deste capítulo foi descrever as etapas que ocorreram no processo de implementação do curso de Administração na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

3.1 HISTÓRICO

A Missão Salesiana de Mato Grosso, mantenedora da então Faculdade Mato-grossense de Ciências Econômicas de Campo Grande, a conselho da Assessoria Técnica e da Comissão Verificadora, alterou o nome do estabelecimento para Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração – FACECA, quando solicitou autorização à Câmara de Ensino Superior – CESu para o funcionamento, inicialmente, do Curso de Ciências Contábeis, que foi aprovada em 7 de maio de 1970, pelo Parecer CESu nº 346/1970, ofertando oitenta vagas.

Em 25 de junho de 1971, através do Parecer CESu nº 461/1971, é autorizado o funcionamento dos cursos de Ciências Econômicas e de Administração, passando então a funcionar no Bloco A, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração, com a oferta inicial de duzentas vagas para os três cursos.

As instalações físicas do Curso, ao longo de sua existência, foram as seguintes:

- a) De 1970 a 1972: no Bloco A, junto aos cursos da FADAFI - Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, em prédio instalado na Av. Mato Grosso esquina com a rua Treze de Maio;
- b) De 1973 a 1974: no Bloco B, no andar térreo do Teatro Dom Bosco, com entrada pela Av. Mato Grosso e fazendo esquina com a rua 14 de Julho;

- c) De 1975 a 1994: no Bloco E, com entrada pela rua Treze de Maio, ocupando três dos seus quatro pavimentos;
- d) A partir de 1995: no campus da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, situado na Av. Tamandaré, sendo, em 1995 e 1996, no Bloco A; em 1997, no Bloco C; e, desde 1998, no Bloco B.

Em 1976, foi criado o cargo de Coordenador de Faculdade, cujas atividades envolviam os três cursos. A partir dos anos 90, cada curso passou a ter um Coordenador.

As figuras a seguir apresentam as imagens da atual infraestrutura existente da UCDB, onde a figura 1 – Imagem do bloco B da UCDB apresenta o acesso ao curso de Administração através desse bloco.

Figura 1 - Imagem do bloco B da UCDB – acesso ao curso de Administração



Fonte: Disponível em <<http://www.ucdb.br/>> Acesso em 16/07/2010

A figura 2 a seguir apresenta a imagem térrea do bloco B, uma área de acesso ao curso de Administração para os alunos que chegam do bloco A.

Figura 2 - Imagem do bloco B da UCDB – localização do curso de Administração



Fonte: Disponível em <<http://www.ucdb.br/>> Acesso em 16/07/2010

A figura 3 a seguir apresenta uma imagem aérea de todo o campus universitário de Campo Grande – MS.

Figura 3 - Imagem da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB



Fonte: Disponível em <<http://www.ucdb.br/>> Acesso em 16/07/2010

Ao longo dos últimos vinte anos com a contratação de professores com formação em Administração foi possível atender a preocupação de se implementar

alguns aspectos com vistas à busca da melhoria da qualidade do curso. Ressalte-se que a duração do Curso de Administração para a primeira turma concluinte em 1973, era de quatro anos, passando em 1991 para cinco anos. No ano de 2000, o curso de administração voltou a ser de 4 anos letivos, com disciplinas seriadas.

Quanto ao acervo bibliográfico, em 1971, era constituído de 2.500 livros. Nas atividades de extensão, ao longo da existência do curso, eram promovidas as Semanas de Estudos de Economia, Contábeis e Administração – SEMECAS, e, a partir de 1982, foi criado o Encontro Sul-mato-grossense de Administração – ESMAD, com dezesseis edições, sendo que nos anos de 1997 e 1998, deixou de ser realizado.

Em 1997, foi criada à Empresa Júnior que passou a colaborar na formação prática dos alunos de Administração, porém o seu enfoque não era somente para a Administração.

A Coordenação de Estudos, Pesquisa, Assessoria e Consultoria Empresarial – CEPACE, vinculado também ao Curso de Administração, dedica-se a prestação e serviços de pesquisa de mercado, estudos de demanda e pesquisas de opinião, assessorias e consultorias direcionadas ao mundo empresarial local e regional.

A execução dos trabalhos envolve professores, que oferecem garantia de qualidade dos serviços a acadêmicos, que têm a oportunidade de realizar estágios remunerados. Com este tipo de trabalho, o CEPACE contribui para o alcance do objetivo da UCDB de colocar à disposição da comunidade, o conhecimento desenvolvido dentro da instituição.

Em 1998, iniciou-se a experiência para a elaboração de um novo Projeto Pedagógico para o curso envolvendo coordenador, docentes e discentes.

Desde o ano de 1995, a UCDB em convênio firmado com o INPG – Instituto Nacional de Pós-Graduação, tem oferecido cursos de pós-graduação em nível; de especialização para o curso de Administração, com certificação em Administração de Marketing, Gestão de Recursos Humanos, Administração Financeira e Controladora, Gestão de Negócios, entre outras áreas afins.

3.2 BASES LEGAIS

O Brasil, a partir da década dos anos sessenta, passou a viver um grande momento econômico, favorecendo o surgimento das grandes unidades produtivas, com o crescimento acentuado das grandes empresas, em particular as estatais e as estrangeiras que se instalavam em território nacional.

Como consequência as empresas sentiram a necessidade da aplicação de técnicas, daí o surgimento de espaço para os profissionais com formação específica para o exercício de diferentes funções internas nas organizações que se alastravam pelo Brasil afora.

As organizações, face ao tamanho e a elevação do nível de complexidade estrutural, passaram a adotar a profissionalização de seus quadros de empregados para fazer frente as suas novas necessidades de sobrevivência e crescimento no mercado.

Neste momento, os profissionais formados nos cursos de graduação em Administração passaram a ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

Paralelamente, era sancionada a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, criando a profissão do Técnico de Administração, cujo nome foi alterado para Administrador pela Lei nº 7.321, de 13 de junho de 1985.

Para exercer a profissão a Lei observava a necessidade de que tais profissionais precisavam ser Bacharéis em Administração Pública ou de Empresa, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

No ano seguinte, enfim, era aprovada a Resolução CFE/MEC s/nº, de 8 de julho de 1966, com base no Parecer CFE/MEC nº 307/1966, em que fixava os conteúdos mínimos e duração do Curso de Administração.

O documento revelava no § único do Art. 1º a existência de duas opções de curso, sem clarificá-las como tal, ao inserir no elenco de matérias “(...) o Direito Administrativo, ou Administração de Produção e a Administração de Vendas

segundo a opção do aluno (...)" e, ainda, no Art. 2º: "(...) a realizar um estágio supervisionado de seis meses, junto a órgãos do serviço público ou a empresa privada, segundo a sua opção (...)".

A existência da expressão Administração Pública era o reflexo da influência européia no ensino das ciências da Administração, marcado pelo espírito jurídico, que se cerrava na reflexão sobre as normas reguladoras das atividades do Estado. Naquele tempo o entendimento das atividades do estado eram limitadas, diferentemente dos dias atuais.

Em 1973, era criada, efetivamente, a primeira habilitação para o Curso de Administração: Administração Hospitalar, de acordo com a Resolução CFE/MEC nº 18, de 12 de julho de 1973, com base no Parecer CFE/MEC nº 788/1973.

Em 1993, após intenso movimento promovido pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e, tendo como parceiro a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), era fixado um novo Currículo Mínimo para os Cursos de Administração: Resolução CFE/MEC nº 2, de 4 de outubro de 1993, com base no Parecer CFE/MEC nº 433/1993. O Relator Layrton Borges Miranda Vieira, fazendo clara referência a incorporação das habilitações existentes (Comércio Exterior e Administração Hospitalar) propunha um currículo composto de quatro partes específicas:

Matérias de Formação Básica e Instrumental, com 720 h/a (24,0%, da carga horária total de 3.000 h/a);

Matérias de Formação Profissional, com 1.020 h/a (34,0%, da carga horária total de 3.000 h/a);

Disciplinas Eletivas e Complementares, com 960 h/a (32,0%, da carga horária total de 3.000 h/a);

Estágio Supervisionado com 300 h/a (10,0% da carga horária total de 3.000 h/a).

Com a evolução das áreas de serviços e iniciação empresarial, em particular, para os pequenos negócios e empreendimentos, tem hoje uma conotação mais ampla para as áreas complementares de formação, se comparada com as de três décadas atrás, senão vejamos:

- a) A área econômica com o crescimento das relações econômicas internacionais, face à globalização e a formação de mercados (NAFTA, MERCOSUL, Mercado Comum Europeu e outros);
- b) A área mercadológica, hoje incorporada à matéria de Administração Mercadológica abarca os conceitos de negociação como uma forma de efetivar as relações mercantis e face a diversidade de canais de comercialização, antes restrito às formas de acesso marítimo; hoje a INTERNET, a chamada infovia, é o canal de maior crescimento comercial;
- c) Na área mercadológica e com o advento da figura do pós-venda, a continuidade do atendimento ao cliente consolida a ideia do trio clássico: cliente, futuro cliente e ex-cliente, em que o Administrador deve manter o cliente e buscar novos clientes;
- d) A área jurídica tem, hoje, no Código de Defesa do Consumidor a mola que consolida o aspecto relativo à relação fornecedor – cliente, características apresentadas na Administração Mercadológica;
- e) A tecnologia disponível sofreu vários avanços encurtando distâncias entre as nações (compradores e fornecedores), com alternativas mais dinâmicas (destacam-se a INTERNET e o e-mail, nas suas diversas alternativas) e os meios e os canais de comunicação tiveram níveis significativos de evolução (a telefonia fixa, a telefonia móvel e as imagens televisivas) produzindo entre outros a teleconferência, oportunidade em que se reúnem pessoas de diversos lugares do mundo sem a necessidade do deslocamento de cada uma delas.

Ao longo dos últimos quarenta anos o número de cursos de Administração, no Brasil, teve um crescimento vertiginoso: em 1954, eram dois cursos (ambos mantidos pela Fundação Getúlio Vargas); em 1967, eram 31; em 1973, eram 177; em 1978, eram 244; em 1995, eram 354; em 1997, eram mais de novecentos cursos. O total de vagas ofertadas naquele ano atingia 67.000, para cerca de 260.000 candidatos ao vestibular de Administração, cuja relação candidato/vaga era de 3,9.

No mesmo ano em Mato Grosso do Sul eram dezoito cursos com 1.380 vagas para 3.906 candidatos (MEC).

A Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, no ano de 1970, promoveu o lançamento à comunidade sul-mato-grossense o curso de Administração, reconhecido pelo Decreto nº 77.102, de 03.02.1976.

Àquela época, a instituição se constituía como Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - FUCMT. Reconhecida como Universidade a instituição passa a expandir sua oferta de cursos, com base em um planejamento elaborado no período de transição Faculdades/Universidade.

4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o resultado deste trabalho que tem como sujeito os formandos do Curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um roteiro para a elaboração do questionário, com o objetivo de coletar as informações pertinentes para a sua conclusão do trabalho.

Demo (1995, p. 11), assim comentou sobre o significado de metodologia:

O estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

O trabalho ficou caracterizado através da pesquisa que por definição significa perguntar, ou seja, procurar respostas as indagações.

Gil (1991), definiu pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico e que tem o objetivo fundamental de descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimento científico.

Para Demo (1995), pesquisa significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a inquirição sobre os caminhos vigentes e passados.

O trabalho ficou delimitado aos formandos do curso de administração do ano 2009 da Universidade Católica Dom Bosco. Assim, Triviños (1987), afirmou que qualquer que seja o ponto de vista teórico que oriente o trabalho do investigador, a precisão e a clareza são obrigações elementares que deve cumprir na tentativa de estabelecer os exatos limites do estudo.

Partindo de alguns pressupostos e considerando que o pesquisador está envolvido, direta e indiretamente, na realidade na qual um matiz dela, abrangente ou não, apresenta uma situação que precisa ser esclarecida, deve pertencer à área onde está surgindo, ou surgiu, a questão problemática.

E ainda segundo Triviños (1987, p.98), afirmou:

[...] uma das maiores dificuldades que os mestrandos encontram na elaboração da dissertação está, sem dúvida, no aspecto do referencial teórico, ou fundamentação teórica, ou revisão da literatura. Os obstáculos não são apenas de natureza material como falta de fontes bibliográficas ocasionadas pela escassez de livros e revistas atualizadas no meio do pesquisador, ou pela deficiência de veículos modernos de informação, colocados à disposição do investigador em algumas regiões do país por organismos nacionais.

Triviños (1987), continuou afirmando que do ponto de vista instrumental, prático, parece-nos recomendável, que o foco da pesquisa de um estudante de pós-graduação deve estar essencialmente vinculado a dois aspectos fundamentais:

1º) O tópico da pesquisa deve cair diretamente no âmbito cultural de sua graduação (secundariamente no da especialização);

2º) O assunto deve surgir da prática quotidiana que o pesquisador realiza como profissional”.

Para Triviños (1987), este esquema não é rígido, mas quando o aluno de pós-graduação foge a estas duas condições estimadas como necessárias para o estabelecimento do problema de pesquisa, as dificuldades do investigador tornam-se maiores. Adquirir o domínio geral de um setor do conhecimento em prazo breve não é fácil.

A graduação dá um suporte substancial que permite a movimentação do pesquisador com certo grau de segurança no manejo de algumas ideias básicas. A prática quotidiana e as vivências dos problemas no desempenho profissional diário ajudam, de forma importantíssima, a alcançar a clareza necessária ao investigador na delimitação e resolução do problema.

Para Roesch (1999), a prática do estágio é importante para o processo de ensino-aprendizagem. Evidentemente para que haja maior nível de atividades voltadas para o desenvolvimento local, é de suma importância que hajam as atividades práticas durante o curso de administração.

O estágio de prática profissional é uma oportunidade para aprender e quem sabe modificar a realidade nas organizações; por isso, colher e analisar dados sobre a empresa-alvo é a tarefa mais importante do estágio. Uma variedade muito rica de situações problemáticas apresenta-se nas organizações. Estas oportunidades ou problemas podem ser explorados e analisados de forma mais completa por meio do uso de métodos e técnicas (ROESCH, 1999, p. 118).

De acordo com Roesch (1999), na pesquisa científica, a escolha do método depende – e isto é muito importante – de uma postura filosófica sobre a possibilidade de investigar a realidade. Há duas tradições em ciência: positivismo e fenomenologia, ou método quantitativo e qualitativo.

A pesquisa quantitativa, também chamada de confirmatória, considera que se pode quantificar opiniões e informações para classificá-las por intermédio de recursos e técnicas estatísticas.

Por outro lado à pesquisa qualitativa, também chamada de exploratória-interpretativa, considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

A pesquisa aqui realizada teve procedimento de buscar medir as informações de forma objetiva, como é o propósito do método quanti-qualitativo.

Segundo Roesch (1999), o método quantitativo enfatiza a utilização de dados padronizados que permitem ao pesquisador elaborar sumários, comparações e generalizações; por isso mesmo, a análise de dados é baseada no uso de estatísticas.

Continuando o pensamento de Roesch (1999, p.140), assim afirmou: “na pesquisa de caráter quantitativo, os processos de coleta e análise de dados são separados no tempo. A coleta antecede a análise. É possível trabalhar com os dados existentes na forma de arquivos, banco de dados, índices ou relatórios. Estes

não são “criados” pelo pesquisador e são também denominados de dados secundários”.

As pesquisas quantitativas são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados (questionários), que são utilizados quando se sabe exatamente o que deve ser perguntado para atingir os objetivos da pesquisa. Permitem que se realizem projeções para população representada. Elas testam, de forma precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e fornecem índices que podem ser comparados com outros (GIL, 1991).

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa descritiva, com questionários estruturados, sendo entrevistados os formandos do curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco. O Apêndice A apresenta o roteiro básico do questionário aplicado.

Quanto a coleta de dados, os mesmos foram coletados através de questionário, contendo questões fechadas e elaboradas de forma a captar as informações necessárias e satisfatórias às questões da pesquisa.

O período que ocorreu a coleta de foram durante os meses de outubro a novembro de 2009, no horário noturno. O local de coleta de dados foi na Universidade Católica Dom Bosco, campus de Campo Grande – MS, no curso de Administração, localizado na parte superior do bloco B.

Os questionários de pesquisa foram aplicados em três turmas, sendo duas turmas do 8º semestre, que é o último semestre do curso e uma turma do 7º semestre, sendo o penúltimo semestre do curso.

Instrumento de pesquisa, o questionário, consistiu em um conjunto de perguntas que foram feitas aos entrevistados. Por causa de sua flexibilidade, o questionário é um dos principais instrumentos utilizados para coleta de dados primários. Os questionários têm de ser cuidadosamente desenvolvidos testados e aperfeiçoados antes de serem aplicados em larga escala.

O questionário teve correspondência às questões de pesquisa e aplicados a uma amostra de 80 (oitenta) acadêmicos da população do curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande.

Para Marconi e Lakatos (1982), a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.

Conforme Marconi e Lakatos (1982), a pesquisa aleatória simples pode ser de dois tipos:

- a) Sem reposição, o mais utilizado, em que cada elemento só pode entrar uma vez para a amostra;
- b) Com reposição, quando os elementos da população podem entrar mais de uma vez na amostra.

Para fins deste estudo, utilizou-se do método de pesquisa aleatória simples sem reposição, que permitiu a participação única de cada entrevistado.

A pesquisa realizada se especifica do tipo exploratória e observatória, que Marconi e Lakatos (1982), assim definiram:

- a) Exploratória: que tem a função em demonstrar a real natureza dos pesquisados.
- b) Observatória: a observação ocorre através do contato direto do pesquisador com os entrevistados.

O levantamento de informações também foi focado na pesquisa do tipo qualitativa, que segundo Triviños (1987), comentou que a pesquisa qualitativa é entendida por alguns autores como uma expressão genérica, pois por um lado ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas e por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns.

A pesquisa qualitativa pode ajudar no trabalho a ter uma visão mais clara dos entrevistados e assim poder ter uma melhor interpretação da realidade na ótica qualitativa.

Richardson (1999), analisou o método qualitativo como sendo diferente do quantitativo por não empregar instrumentos estatísticos como base do processo de análise de um problema.

A metodologia qualitativa, que segundo Gil (1991), visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato. As pesquisas qualitativas têm caráter exploratório: estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre um tema, objeto ou

conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não consciente, de forma espontânea.

Após a coleta de dados, foram realizadas as análises do levantamento de informações, onde os dados foram criteriosamente observados para que fosse possível apresentar um diagnóstico real do nível de conhecimento dos acadêmicos do curso de administração sobre o nível de conhecimento da teoria do desenvolvimento local.

Quanto à análise de dados, eles implicam tabulação, exame ou recombinação das evidências coletadas, buscando compreender, esclarecer, validar ou refutar os objetivos iniciais do estudo (YIN, 2001).

Também se buscou o embasamento deste trabalho de pesquisa no método estruturalista, que segundo Triviños (1999), é uma abordagem científica que pretende descobrir a estrutura do fenômeno, penetrar em sua essência para determinar as suas ligações determinantes.

O trabalho realizado é considerado estruturado, que no entender de Richardson (1999), um modelo científico será considerado estruturado se satisfaz às seguintes condições:

- a) Deve oferecer características de sistema, isto é, consistir em elementos tais que uma modificação de um dos elementos produza modificações nos outros;
- b) Todo modelo deve pertencer a um grupo de transformações. Em outras palavras, como os elementos de um modelo estão ligados de maneira sistemática, a modificação de um deles arrasta consigo uma variação combinada dos outros, e, como consequência, uma transformação do modelo. Um modelo dado, porém, apenas pode sofrer as transformações que provêm de uma mesma matriz;
- c) As condições anteriores devem permitir prever as reações do modelo a modificações em algum de seus elementos;
- d) O modelo deve dar conta de todos os elementos. Seu funcionamento deve explicar todos os casos observados.

O trabalho também é do tipo descritivo, que segundo Marconi e Lakatos (1982) é quando apresenta os aspectos da descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente.

O trabalho também identificou fontes bibliográficas, apresentando uma pesquisa documentada sobre as definições de estudos teóricos relacionados ao foco principal que é o desenvolvimento local.

Segundo Gil (1991), uma pesquisa é considerada bibliográfica quando é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não é aconselhável que textos retirados da Internet constituam o arcabouço teórico do trabalho monográfico.

Concluindo este capítulo, ressalta-se que, no caminho percorrido e considerando essa perspectiva metodológica, o mesmo foi fundamental para o desenvolvimento do estudo apresentado.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

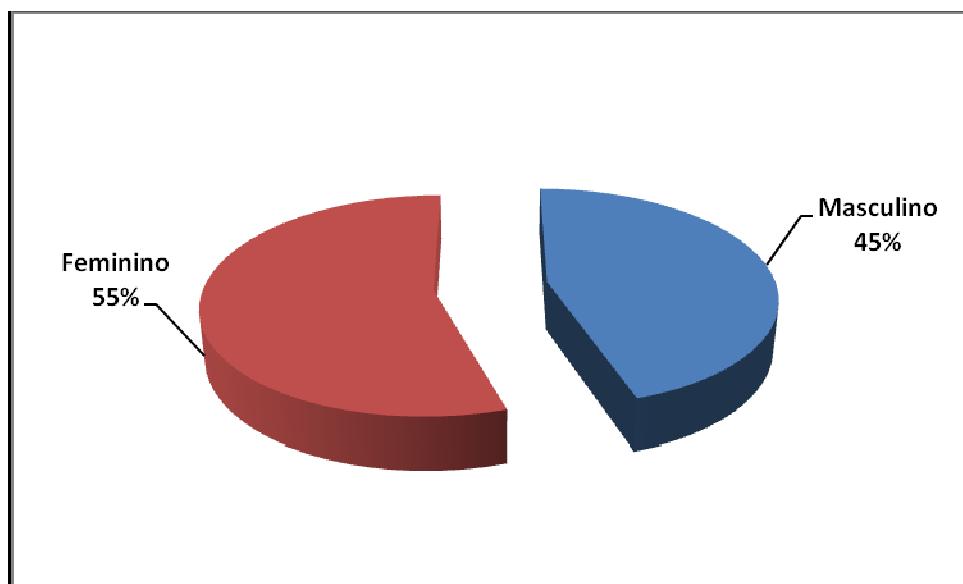
Este capítulo tem por finalidade de analisar o perfil dos bacharéis em administração da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB do ano 2009, bem como investigar o nível de entendimento e conhecimento dos mesmos sobre desenvolvimento local.

5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

5.1.1 Gênero dos entrevistados

Na pesquisa que foi realizada entre os bacharéis em administração, identificou-se que a maioria é do gênero feminino em relação ao gênero masculino. A representação da proporção está demonstrada através do gráfico 1 – Gênero dos entrevistados.

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados



A pesquisa descritiva tem por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno: distribuição de idade, sexo, procedência, nível de renda, entre outros dados.

Nota-se, portanto, que a maior proporcionalidade feminina tem dominado os bancos universitários e consequentemente com grande destaque no mercado de trabalho.

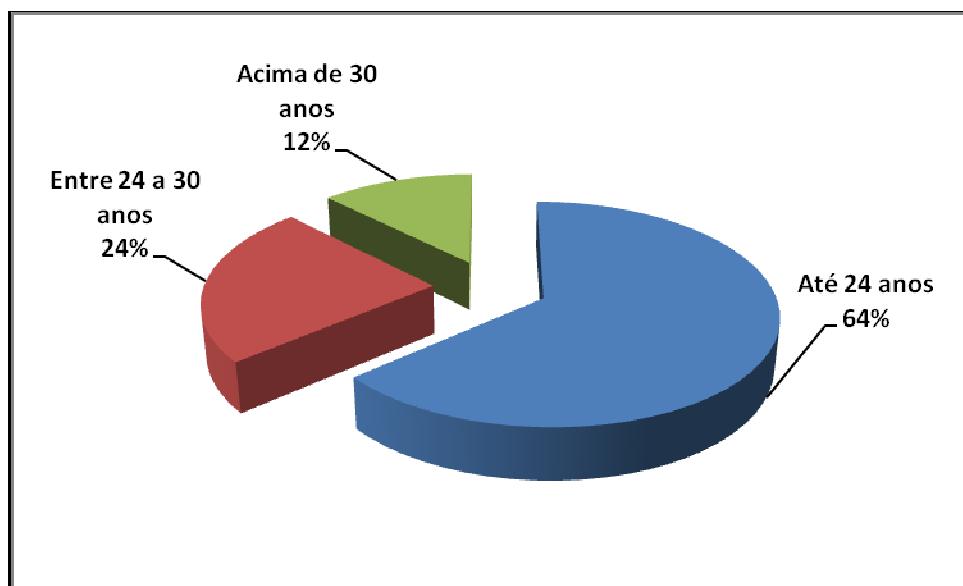
5.1.2 Idade dos entrevistados

Na questão relativa à idade dos entrevistados, a grande maioria é representada por uma faixa etária considerada jovem, que demonstra o interesse pela busca do aprendizado de nível superior.

No caso específico deste trabalho foi adotada uma pesquisa descritiva que segundo Gil (1991, p. 46), tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Portanto percebe-se o grande número de jovens que concluíram o curso de administração em 2009 na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

Gráfico 2 - Idade dos entrevistados



Não menos importante, é a faixa dos entrevistados que está acima dos 24 anos, onde fica explícito o interesse dessa faixa etária pelo ensino universitário.

É importante também analisar o ponto de vista da universidade, que sem distinções de idade, proporciona a oportunidade para que todos possam ter um diploma de nível superior.

5.1.3 Comparação entre idade e gênero dos entrevistados

A pesquisa também pode comparar a idade e gênero dos formandos em administração de 2009.

Ávila *et al* (2000, p.23), enfatiza que:

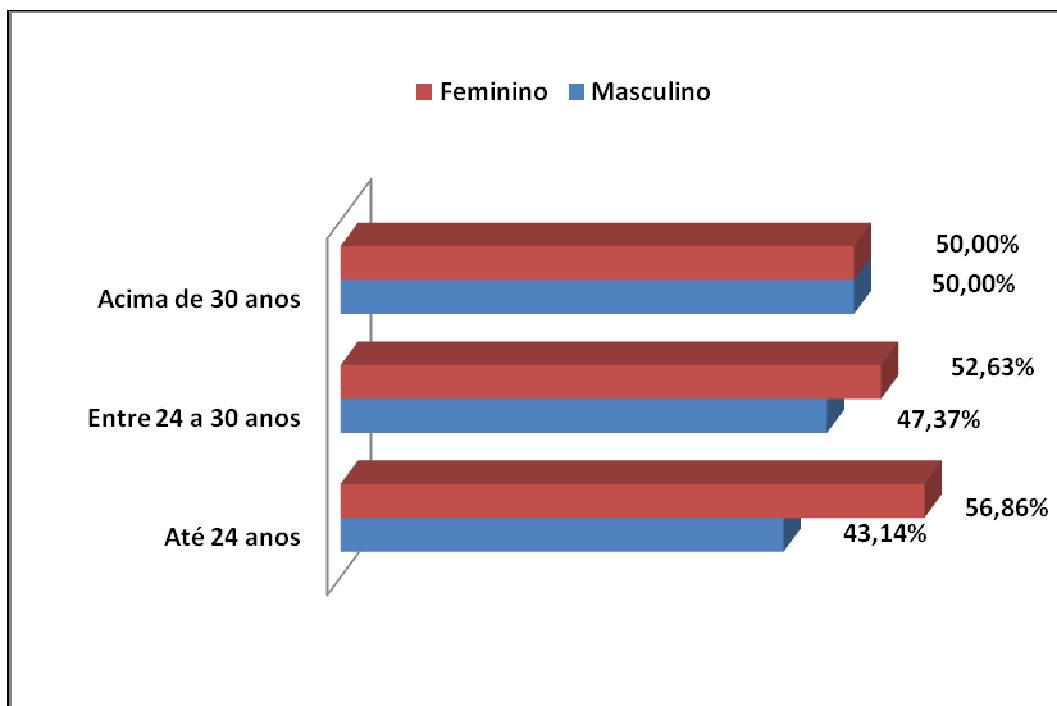
no processo de desenvolvimento o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Os números confirmam que a grande maioria dos pesquisados têm até 24 anos e são do gênero feminino. Novamente aqui os dados comprovam a preocupação existente por esse público em querer buscar melhorias no seu currículo.

Analizando pelo lado do mercado de trabalho e das oportunidades que surgem para aqueles que estão mais preparados, logo, é importante que se diga que o gênero masculino, pelo menos nesta pesquisa, está em desvantagem competitiva.

Os dados confirmam que em 2009 houve uma predominância do gênero feminino das pessoas que estão sendo inseridas no mercado de trabalho, demonstrando uma preocupação maior por parte das mulheres em buscar o ensino superior.

Gráfico 3 - Comparaçao entre idade e gênero dos entrevistados



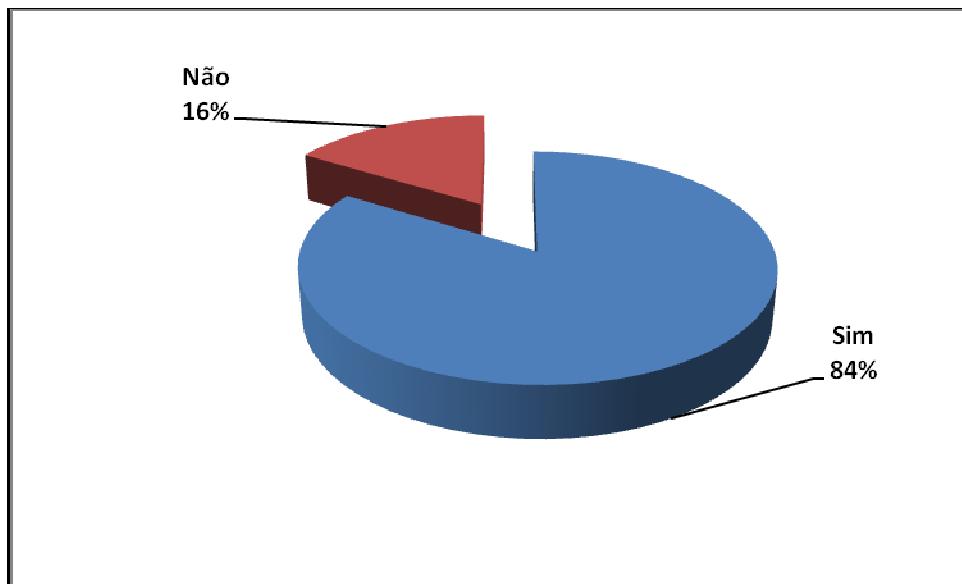
5.1.4 Análise da empregabilidade do entrevistado

Quando os entrevistados foram questionados se estavam ou não empregados, a grande maioria respondeu que “sim” em comparação aos que disseram “não”, ou seja, 13 acadêmicos entrevistados não estavam no mercado de trabalho. Esses dados estão demonstrados através do gráfico 4 a seguir.

É importante essa análise uma vez que apesar dos pesquisados estarem recebendo o título de bacharéis em administração, existiam formandos fora do mercado de trabalho.

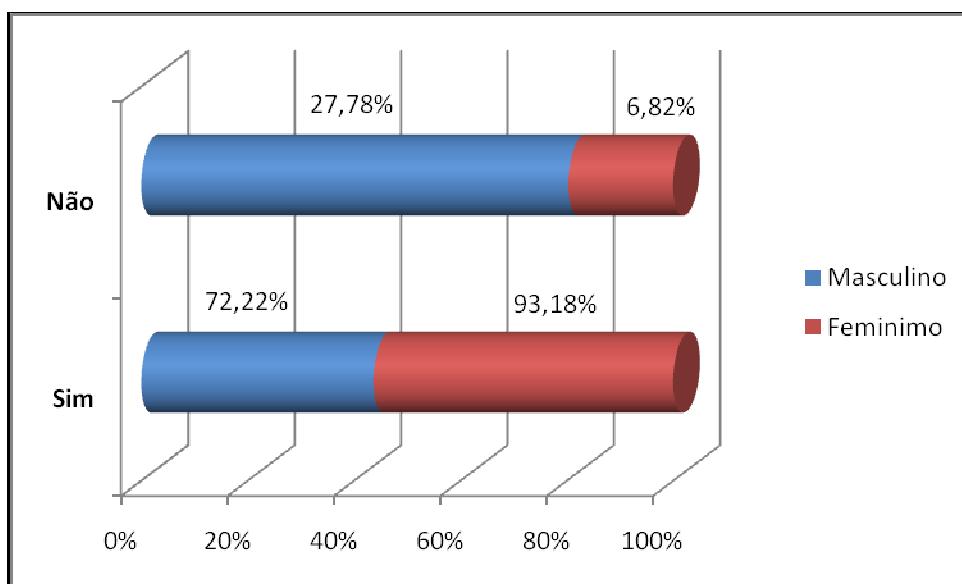
Para Souza (1997, p.6), “[...] o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico”. O desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, diretamente, haja redução da desigualdade da renda e melhoria de indicadores sociais.

Gráfico 4 - Nível de empregabilidade dos bacharéis em Administração



Outra conclusão da pesquisa foi com relação ao cruzamento de informações entre quem estava ou não atuando no mercado de trabalho e o gênero. Também nesta análise evidenciou-se a predominância do gênero feminino de estarem no mercado de trabalho (93,18%), sendo que os homens apresentaram um percentual de 72,22% (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Nível de empregabilidade X Gênero



5.1.5 Análise do segmento de atuação dos empregados

Outra abordagem da pesquisa de campo e somente respondido por aqueles que estavam no mercado de trabalho, era relacionada ao segmento de trabalho de atuação.

Conforme gráfico 6 a seguir, os dados da pesquisam apontaram grande predominância na área de serviços. Estes números são justificáveis em função de que o estado do Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Campo Grande, as ofertas de emprego estão relacionadas ao setor terciário.

É sabedouro que o estado, nos últimos anos tem passado por grandes transformações. Com incentivos dos governos, cada vez mais industrias têm-se instalado na região, entretanto, com uma velocidade muito aquém quando comparado com o crescimento de outros estados. Assim, os números da pesquisa apontaram uma baixa quantidade de entrevistados que estavam atuando no segmento da indústria.

Portanto, esta análise é importante uma vez que o foco principal das oportunidades que surgem no mercado de trabalho de Campo Grande, na grande maioria está relacionada aos serviços.

Também é de se observar que a oferta de emprego relacionada ao setor terciario têm crescido muito nos últimos anos, onde são ofertados não somente pelas empresas, mas também pelas entidades governamentais e não lucrativas.

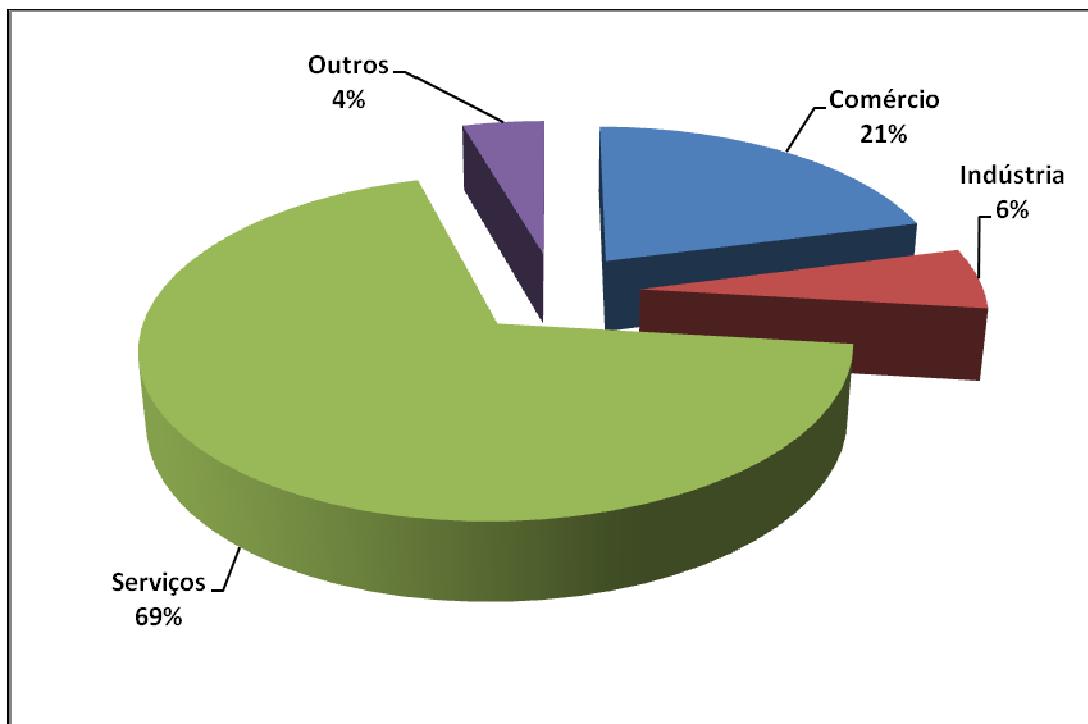
Pesquisas apontam que até o ano de 2020, 90% de todos os empregados estarão relacionados á area de serviço¹, demonstrando neste caso da pesquisa a principal área de atuação dos entrevistados.

Serviços são quaisquer atos ou desempenhos, essencialmente intangíveis, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. Inclui empresas, entidades governamentais e não lucrativas. Na maioria dos países, acrescenta mais valor econômico do que a agricultura, matérias primas e indústrias juntas.

¹ Fonte: "The Final Frontier", The Economist, February 20, 1993, p. 63

Os empregos abrangem desde profissionais altamente remunerados e técnicos até posições de salário-mínimo. As empresas de serviço podem ter qualquer tamanho - de grandes corporações globais, a pequenos negócios locais

Gráfico 6 - Segmento de atuação dos entrevistados empregados



5.1.6 Rendimento mensal

Para que se pudesse ter uma análise mais detalhada quanto ao perfil dos entrevistados, os mesmos foram questionados sobre o seu rendimento mensal.

Conforme demonstrado no gráfico 7, é de se considerar que aproximadamente a metade dos respondentes possuem uma remuneração de R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), ou seja, dois salários mínimos.

Portanto percebe-se que os acadêmicos ao estarem concluindo o curso de Administração têm um salário muito abaixo do que se espera do profissional atuando na área em que graduou.

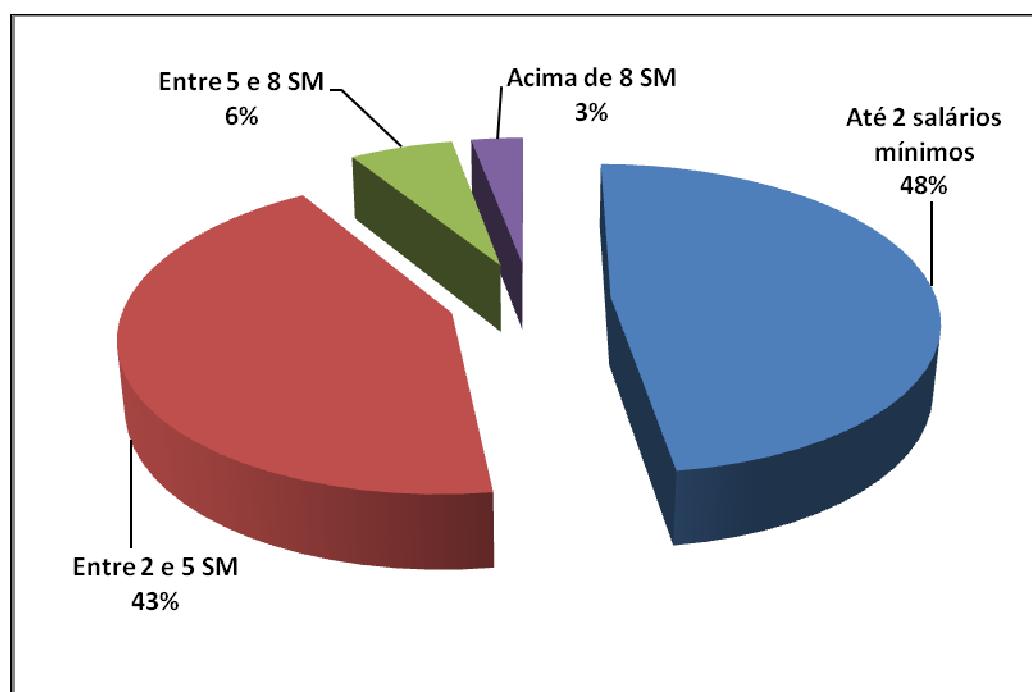
Deste modo o Conselho Federal de Administração assim comentou sobre o salário do Administrador.

O CFA não tem competência legal para estabelecer o piso salarial do Administrador. No entanto, segundo dados da pesquisa realizada pelo CFA sobre o Perfil Nacional do Administrador, a renda individual com maior incidência de respostas foi observada na faixa entre 5,1 e 10,0 salários-mínimos. Considerando-se os pontos médios das faixas e o número de respondentes em cada uma, a renda média aproximada do Administrador apurada foi de 11,51 salários-mínimos, sinalizando uma renda média individual aproximada de R\$ 4.028,00 (quatro mil e vinte e oito reais -maio/2006) (CFA, 2009).

No sentido oposto da análise da pesquisa, estão aqueles que tem um faturamento mensal acima de R\$ 2.725,00 (dois mil setecentos e vinte e cinco reais) ou aproximadamente 5 salários mínimos.

Os resultados demonstraram que 43% dos respondentes recebem entre 2 e 5 salários mínimos, 6% entre 5 e 8 salários mínimos e, somente 3% dos entrevistados é que recebem acima de 8 salários mínimos.

Gráfico 7 - Rendimento mensal



Há de se considerar que o rendimento mensal da grande maioria é relativamente muito aquém para o profissional que já está no mercado de trabalho ou que irá ingressar.

É notório, e faz parte das necessidades humanas, a constante busca pela melhoria e neste sentido é comum que ganhos maiores virão com o passar do tempo, onde haverá recompensa por aqueles que tiverem maior capacipatação, experiência profissional e acima de tudo conhecimento, que é o diferencial que o mercado de trabalho busca.

O que se percebe a cada dia é a busca incessante pelas pessoas de querem um melhor salário para que possam suprir suas necessidades, que são crescentes. Logo, é natural que o profissional administrador também deseja ser valorizado financeiramente ou não, pelo seu conhecimento, mas para que isso possa ocorrer é fundamental que a pessoa invista na sua própria educação, porém uma educação que possa proporcionar desenvolvimento com responsabilidade.

Os tradicionais métodos de ensino-aprendizagem, onde os alunos eram orientados a aprender e decorar para as questões de prova, não mais servem para a nossa sociedade.

Atualmente deve ser o papel das instituições de ensino superior, atendendo as exigentes demanda de eficácia e responsabilidades, de formar profissionais dando ênfase na criação do conhecimento, como sendo o principal gerador de riquezas.

5.1.7 Embasamento sobre desenvolvimento local.

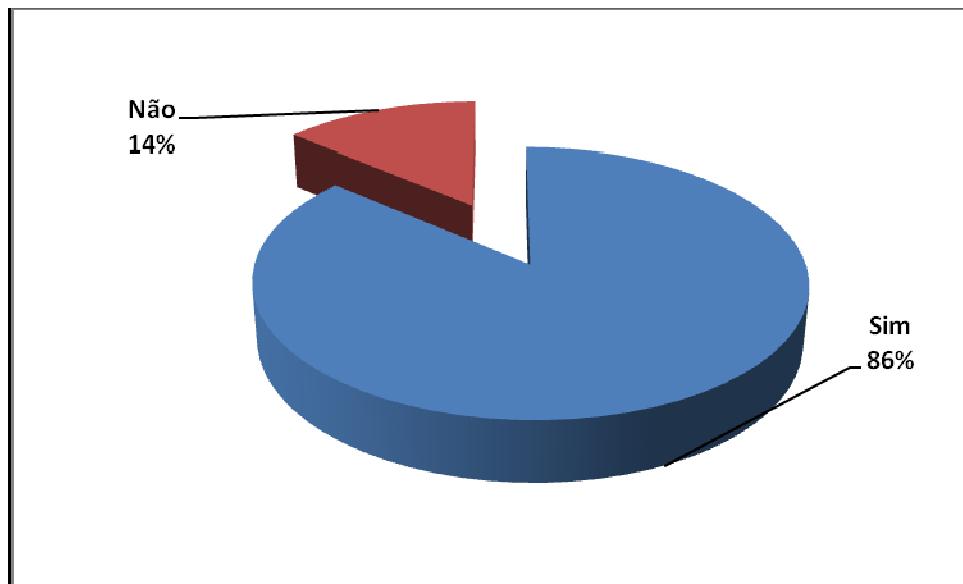
Como foco da pesquisa de campo entre os formandos de administração 2009 da UCDB, foi questionado se os mesmos tiveram embasamento sobre desenvolvimento local.

Através do gráfico 8 observa-se que para 86% dos entrevistados, afirmaram que o curso de administração proporcionou embasamento sobre desenvolvimento local e para 14% dos entrevistados afirmaram que não foi proporcionado os conceitos durante o curso.

É importante que salientar, que o índice dos que responderam como sim é relativamente alto, representando uma conscientização sobre os conceitos ligados a própria administração, que muitas vezes o conceito de desenvolvimento local pode ser confundido com produção, industrialização, economia, emprego, renda, empresa, enfim, todos relacionados ao longo curso de administração e amplamente debatidos durante o mesmo.

Entretanto, o conceito de desenvolvimento local é muito mais abrangente e não deve ser confundido simplesmente com os conceitos e teorias das disciplinas que direta ou indiretamente estejam relacionadas ao desenvolvimento local.

Gráfico 8 - Embasamento sobre desenvolvimento local



Dante desta perspectiva apontada na questão da pesquisa e apesar de que os estudos e reflexões que remetem sobre a importância de se criar a produção do conhecimento e da educação como fatores de desenvolvimento, muito pouco tem sido feito para mudar o quadro hoje existente.

5.1.8 Embasamento sobre desenvolvimento local X gênero

Para que se pudesse identificar se o nível de embasamento em desenvolvimento local fosse maior entre os gêneros masculino ou o feminino foi realizado o cruzamento das informações, sendo essa análise demonstrada através do gráfico 9.

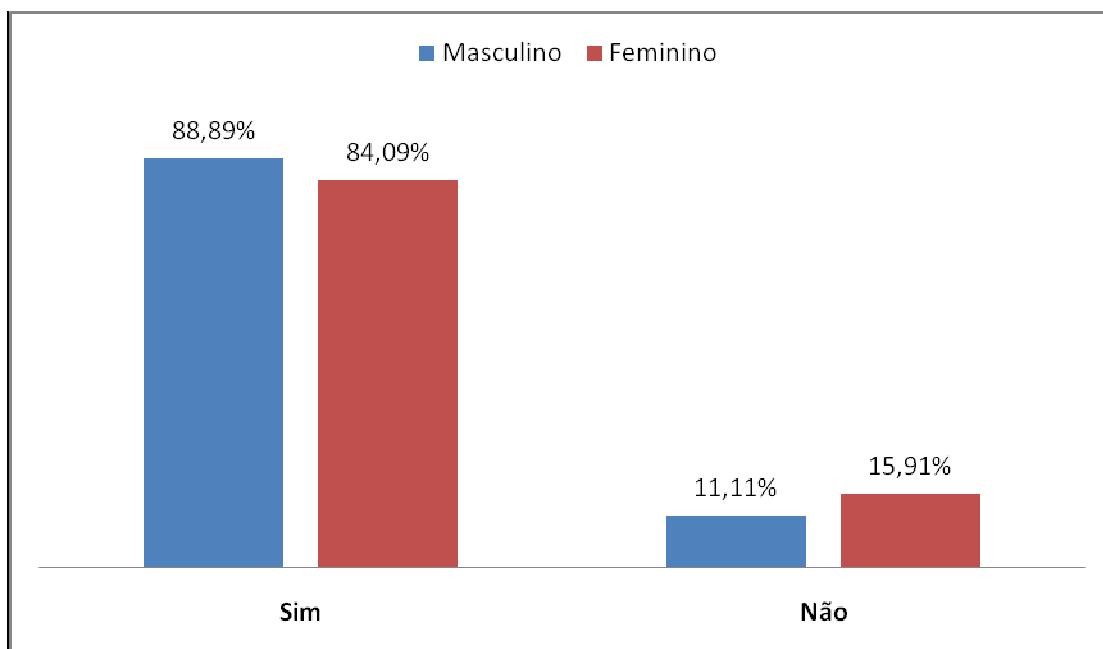
Os dados demonstraram que há um maior nível de embasamento no gênero masculino (88,89%). Para aqueles que responderam como “sim” e são do gênero feminino o percentual alcançado foi de 84,09%.

Consequentemente, 11,11% do gênero masculino responderam que o curso não proporcionou embasamento sobre desenvolvimento local e 15,91% do gênero feminino responderam “não”.

Percebe-se na questão da pesquisa, que resultados explicitam uma conscientização levemente superior para os homens do que em relação às mulheres. Entretanto, de maneira geral os resultados da pesquisa são considerados muito importantes, uma vez que o curso, na visão dos entrevistados, proporcionou embasamento teórico sobre desenvolvimento local.

Dante desta abordagem, não se pode esquecer dos comentários citados anteriormente, ou seja, de que os alunos de administração estejam misturando as teorias do desenvolvimento local aos conceitos relacionados ao de desenvolvimento que os professores ensinam em sala de aula durante os quatro anos do curso, ou seja, conceitos voltados a produção, geração de renda, emprego, riqueza, entre outros.

Gráfico 9 - Embasamento sobre desenvolvimento local X gênero



Mas é na visão de renomados professores de gestão empresarial que o tema assume uma dimensão mais adequada em matéria de ação empresarial fundamentada no papel da educação e no desenvolvimento da sociedade.

Na visão de Carvalho (*apud* Drucker, 1999), os membros ativos de uma sociedade precisam não só ter uma formação básica, mas também que esta se expanda para incorporar diversos conhecimentos que o mercado de trabalho hoje exige, como conhecimentos sobre informática, tecnologia, marketing, entre outros – suas características, dimensões e ritmos de mudanças -, aspectos que não eram considerados imprescindíveis duas décadas atrás.

Esta visão do autor quanto a formação necessária para o exercício da profissão é uma prova das exigências que o mercado de trabalho impõe aos futuros profissionais, alertando para a educação continuada.

A este respeito Carvalho (*apud* Drucker, 1999, p.70), afirmou:

Na chamada sociedade do conhecimento, a ideia de que há uma conclusão no processo educativo não tem sentido. A educação continuada, especialmente das pessoas com alto nível escolar, será uma atividade florescente no futuro imediato, embora as escolas e universidades ainda a vejam com desconfiança e, quando podem, sequer a consideram.

Os membros da sociedade que os autores se referem é o capital humano, que é um ativo intangível e pertencente ao próprio indivíduo, formado pelo conjunto de conhecimento, habilidades e experiências, que se manifestam de forma diferenciada nas pessoas.

Dolabela (2007), comentou a respeito da importância do capital humano e capital social como prioridades para o desenvolvimento de um país:

A concepção da agenda de desenvolvimento de um país afeta o papel que se espera do empreendedor, assim como os de todos os demais atores da sociedade. Daí a importância de levar em conta que, no Brasil, a educação empreendedora deve incluir necessariamente o aumento da capacidade de gerar capital social e capital humano. Se não for assim, continuaremos a negar a participação de grandes camadas da população no processo de gerar renda e usufruir as riquezas.

A questão da pesquisa remete a discussão de que o embasamento sobre desenvolvimento local também deve passar obrigatoriamente pelo entendimento dos conceitos voltados ao capital social, que pode ser compreendido através do nível de relações existentes em uma sociedade e que se manifestam através da cooperação, do associativismo e da confiança.

Neste aspecto Aquino (*apud* Coleman, 2000), comentou sobre capital social e criticou o individualismo, ou seja, que em uma sociedade as pessoas agem de forma isolada, para o autor existe uma ficção de que a sociedade consiste de um conjunto de indivíduos independentes, cada qual agindo para atingir fins que são independentemente alcançáveis e que o funcionamento do sistema social consiste da combinação dessas ações de indivíduos independentes.

O conceito de capital social apregoado por Aquino (*apud* Coleman, 2000), pode ser compreendido entre as relações dos membros de um grupo, que individualmente utilizam-se das suas habilidades e conhecimento para proporcionar ações em benefício do coletivo.

Esta visão é que deve prevalecer entre os alunos do curso de administração e demais áreas de formação ao ingressarem no mercado de trabalho, que o trabalho individual possa ser realizado a fim de atingir o coletivo, ou seja, a sociedade como um todo.

Portanto, é fundamental que os profissionais que estão sendo inseridos no mercado de trabalho possam ter essa consciência de que o processo da educação não se esgota com a conclusão do curso, mas é um passo para o avanço profissional e quem sabe, no futuro, o ensino universitário possa proporcionar um aprendizado mais focado para o desenvolvimento da sociedade.

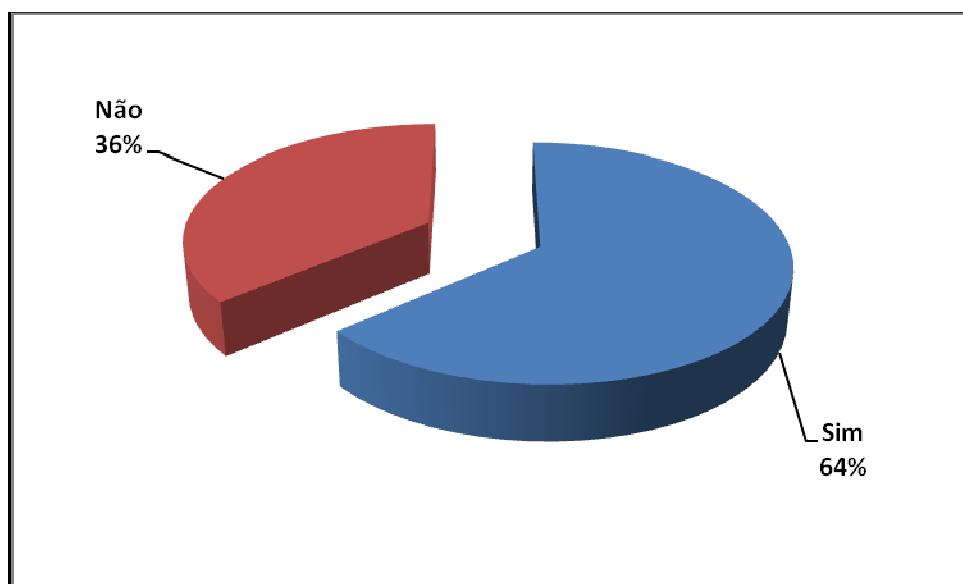
5.1.9 Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho

Foi questionado aos entrevistados se os mesmos consideram-se preparados para ingressar no mercado de trabalho.

Observa-se através do gráfico 10 a seguir, que 64% consideram-se preparados, porém para 36% dos entrevistados não estão preparados para atuarem no mercado de trabalho.

O número de pessoas que responderam que não consideram-se preparados é relativamente preocupante, uma vez que o papel da Universidade é de preparar os seus acadêmicos para o mercado de trabalho.

Gráfico 10 - Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho



Assim, há necessidade de que haja uma investigação mais aprofundada por parte do curso e identificar o que leva a esse número de despreparo. Dessa investigação, sem dúvida surgirão propostas de melhorias ao curso.

Há de se considerar aqui que os números apresentados na questão, também podem estar relacionados ao perfil de cada indivíduo, ao nível de comprometimento durante o curso ou mesmo à imaturidade do estudante.

Entretanto é importante comentar que a pesquisa apontou que a maioria do alunos tem idade até 24 anos, e neste sentido pode ser justificado o número das pessoas que não se consideram preparadas para ingressarem no mercado de trabalho, porém esse problema poderia ser resolvido através de políticas educacionais voltadas para a obrigatoriedade do estágio no curso de administração, uma vez que o mesmo não é obrigatório. A obrigatoriedade do estágio poderia trazer maior segurança para a prática da profissão.

Com relação ao processo de educação que vise alavancar o desenvolvimento, Carvalho (*apud* Porter, 1999, p.72), comentou a respeito da necessidade de se ter

políticas educacionais adequadas: “É necessário que os estudantes possam competir para poder vencer. Dessa forma, o governo tem um papel essencial a cumprir, visto ser difícil atingir altos padrões sem intervenção do Estado que os fixe e promova”.

O comentário de Porter evidencia o papel do agente de desenvolvimento, o governo, que através de suas políticas públicas deve garantir uma educação digna para fixação e desenvolvimento do homem no seu território.

Também Carvalho (*apud* Tofler, 1999, p.73), argumentou a tese de que:

A forma de alcançar o desenvolvimento e poder econômicos no século XXI já não será a exploração de matérias-primas e do trabalho manual do homem, mas a aplicação dos recursos da mente humana, visto que reduz a necessidade de matérias-primas, trabalho, tempo, espaço e capital, o conhecimento passa a ser o recurso central da economia avançada.

Assim, as técnicas, as habilidades, são deixadas para trás quando o assunto é educação e desenvolvimento. O conhecimento passa a ser fator preponderante para que o homem seja um agente de desenvolvimento.

5.1.10 Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho x gênero

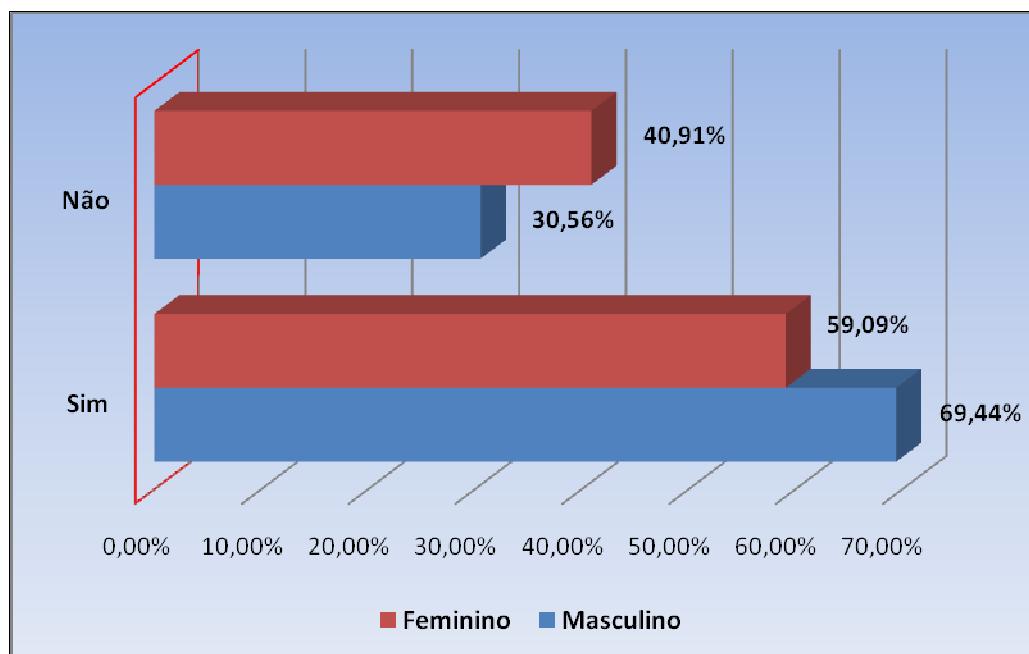
Com relação aos dados da questão anterior, para melhor análise os respondentes foram separados pelo gênero, sendo que o objetivo foi de procurar identificar quem é que se considera mais preparado para ingressar no mercado de trabalho.

Assim, resultados estão demonstrados no gráfico 11, onde fica evidente que o gênero masculino considera-se mais preparado para ingressar no mercado de trabalho (69,44%), sendo que para 59,09%, do gênero feminino, consideram-se preparadas para ingressar no mercado de trabalho.

Consequentemente o nível de despreparo para o ingresso ao mercado de trabalho é: 30,56% para os homens e 40,91% entre as mulheres.

Há de se considerar aqui o alto número de pessoas que não se consideram preparadas para ingressar no mercado de trabalho, apesar dos quatro anos de curso de graduação que os mesmos tiveram na universidade.

Gráfico 11 - Nível de preparo para ingressar no mercado de trabalho X gênero



Os dados da questão de pesquisa fazem pensar com relação aos quatro anos que os acadêmicos estiveram no cursos universitário e em função disso é alto o índice de despreparo para enfrentar os desafios exigidos no mercado de trabalho.

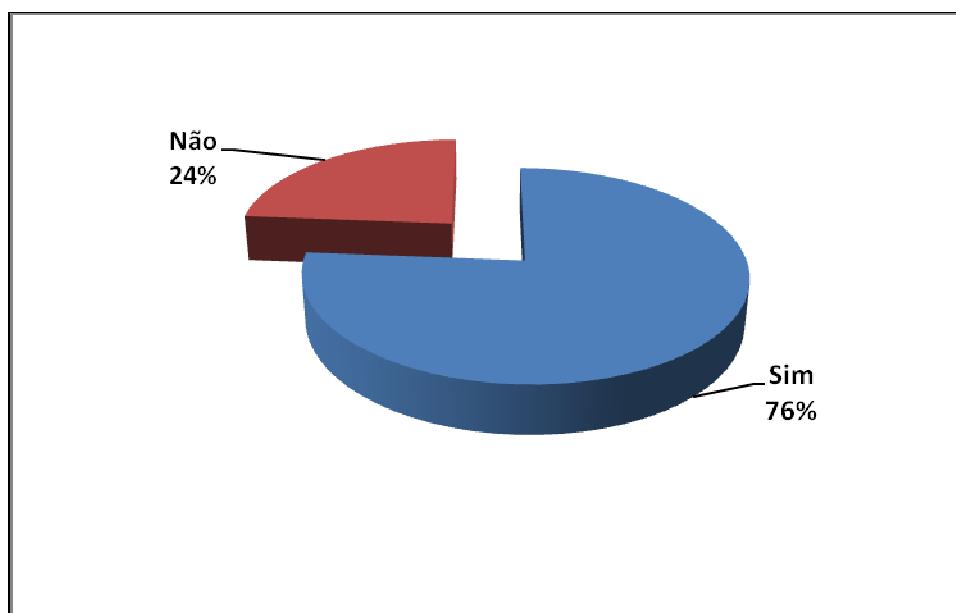
Diante desses resultados apresentados algumas reflexões podem ser feitas, com relação ao nível de despreparo para ingressar ao mercado de trabalho: imaturidade dos acadêmicos, falta de estudo e comprometimento por parte do aluno, falta de atividades páticas durante o curso, ensino-aprendizagem sem foco nas exigências do mercado de trabalho, enfim, são alguns exemplos que refletem os números da pesquisa.

5.1.11 Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade

Outra questão importante abordada na pesquisa foi a identificação dos formandos de administração que consideram-se preparados para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

O gráfico 12 a seguir exemplifica os resultados obtidos na resposta a esta questão, onde 76% dos entrevistados disseram que sim e para 24% dos respondentes disseram não, ou seja, não consideram-se preparados para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, um número também preocupante que mostra a necessidade de melhorias no processo de ensino-aprendizagem aos acadêmicos.

Gráfico 12 - Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade



Há de se destacar que aqueles que se consideram despreparados para realizar atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade precisam urgentemente rever seus papéis e suas responsabilidades para construção de um país melhor, que é construído através de pessoas inovadoras, empreendedoras e com visão de futuro.

Segundo Dolabela (1999, p.23), a introdução da cultura empreendedora no ensino de segundo grau e terceiro graus é o primeiro passo na percepção de um objetivo maior: a formação de uma cultura em que tenham prioridade valores como geração e distribuição de riquezas, independência, inovação, criatividade, auto sustentação, liberdade e desenvolvimento econômico – ou seja, a formação de uma “incubadora social”.

Para reverter esses números, é importante a destacar que o curso de administração precisa desenvolver mais atividades que demonstrem a relação entre conteúdo teórico e a aplicação prática dessas atividades, trazendo assim resultados sustentáveis para a sociedade.

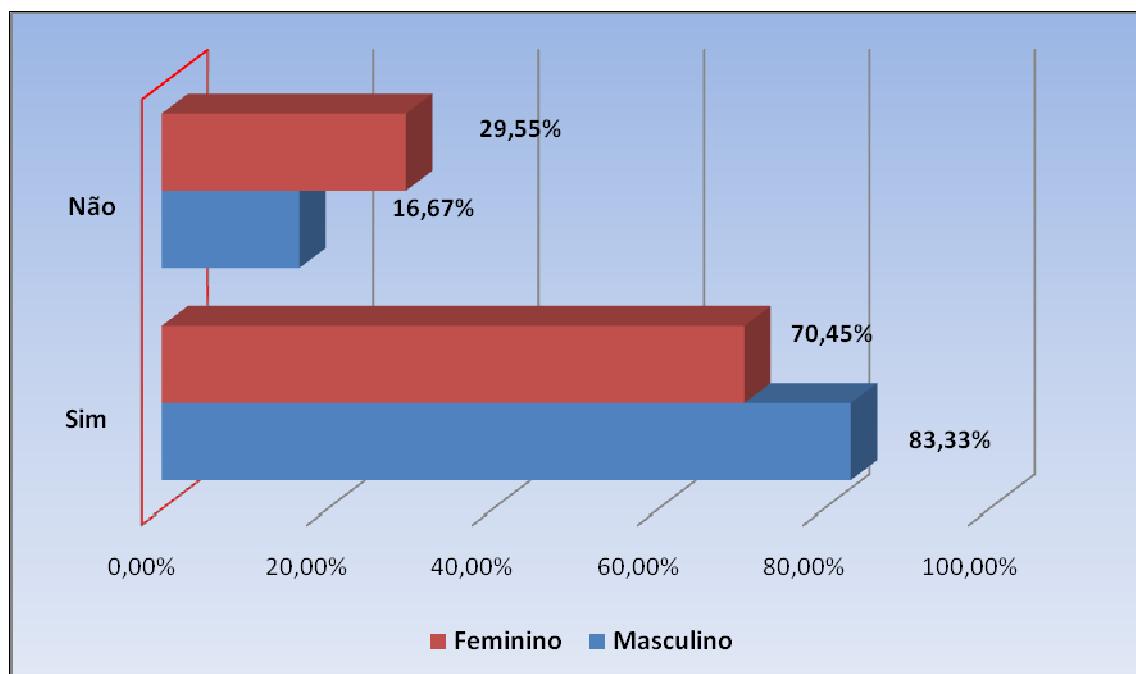
5.1.12 Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade X gênero

Como nas questões anteriores procurou-se identificar entre os homens e as mulheres, quem é que se considera mais ou menos preparado para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Também nesta abordagem os homens consideram-se mais preparados para o desenvolvimento da sociedade (83,33%), sendo que para 70,45% as mulheres consideram-se preparadas.

Quanto ao nível daqueles que não consideram-se preparados são: 16,67% entre os homens e 29,55% entre as mulheres. Esses números da pesquisa são demonstrados no gráfico 13.

Gráfico 13 - Nível de preparo para desenvolver atividades que contribuam para desenvolvimento da sociedade X gênero



Novamente há uma predominância relativa entre o gênero masculino em relação ao gênero feminino, que consideram-se preparados para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Apesar desse número, é importante que se ressalte, a existência de uma parcela representativa de acadêmicos despreparados para as atividades relacionadas ao desenvolvimento da sociedade.

5.1.13 Tipo de empresa que o bacharel em administração escolheria para trabalhar após a conclusão do curso

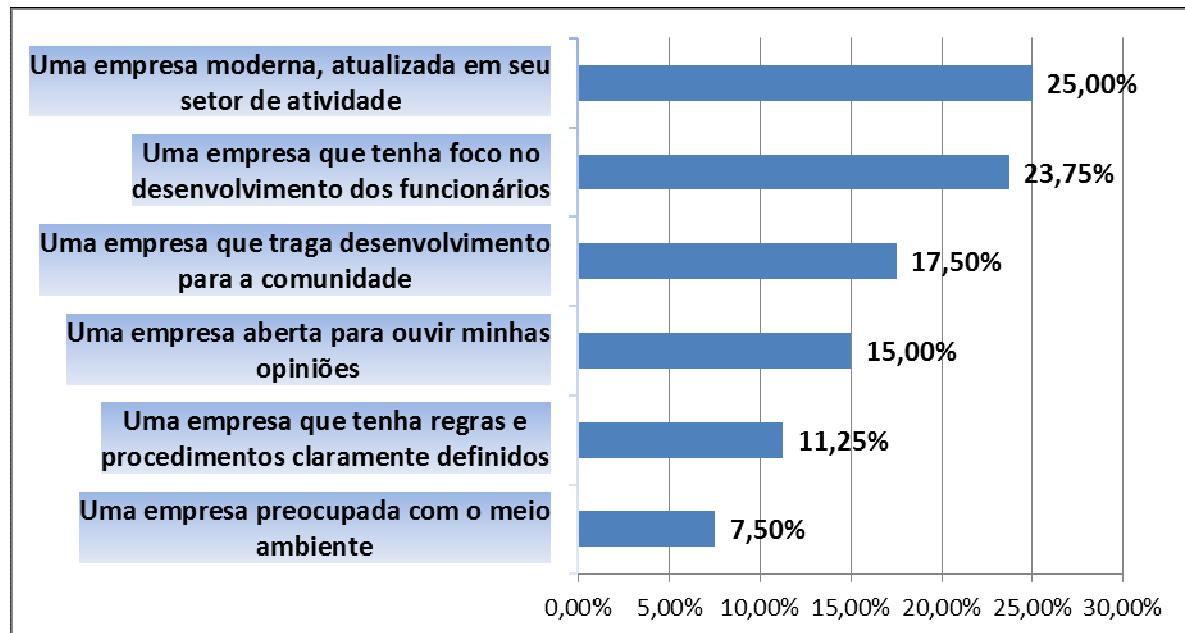
Na investigação também foi perguntado que tipo de empresa o bacharel em administração escolheria para trabalhar após a conclusão do curso. Os resultados estão demonstrados no gráfico 14.

Para 25% dos respondentes, escolheriam uma empresa moderna, atualizada em seu setor de atividades. 23,75% disseram que prefeririam trabalhar em uma empresa que tenha foco no desenvolvimento dos funcionários. 17,50% escolheriam uma empresa que traga desenvolvimento para a comunidade. 15% escolheriam uma empresa aberta para ouvir a opinião dos mesmos. 11,25% prefeririam trabalhar em uma empresa que tenham regras e procedimentos claramente definidos. Por fim, 7,50% dos respondentes disseram que prefeririam trabalhar em uma empresa preocupada com o meio ambiente.

Os resultados demonstram de uma forma geral que os pesquisados ao concluirão o curso de administração tem interesse em trabalhar em empresas modernas e que tenha foco no desenvolvimento dos mesmos.

Apesar disso, uma parcela considerada significativa, tem interesse de trabalhar em uma empresa que traga desenvolvimento para a comunidade, comprovando que há de certa forma uma conscientização nos acadêmicos de administração sobre a real importância de uma sociedade desenvolvida.

Gráfico 14 - Tipo de empresa escolhida para trabalhar após a conclusão do curso



No entender de Ávila (2001), o desenvolvimento local emerge do rompimento das amarras que prendem as pessoas de mesma identidade social, motivadas por interesses comuns, ao incrementar a cultura da solidariedade, interiorizando e fazendo uso de suas capacidades, competências e habilidades, para agenciar e gerenciar esses recursos internos e metabolizar os externos, em função de suas necessidades e aspirações.

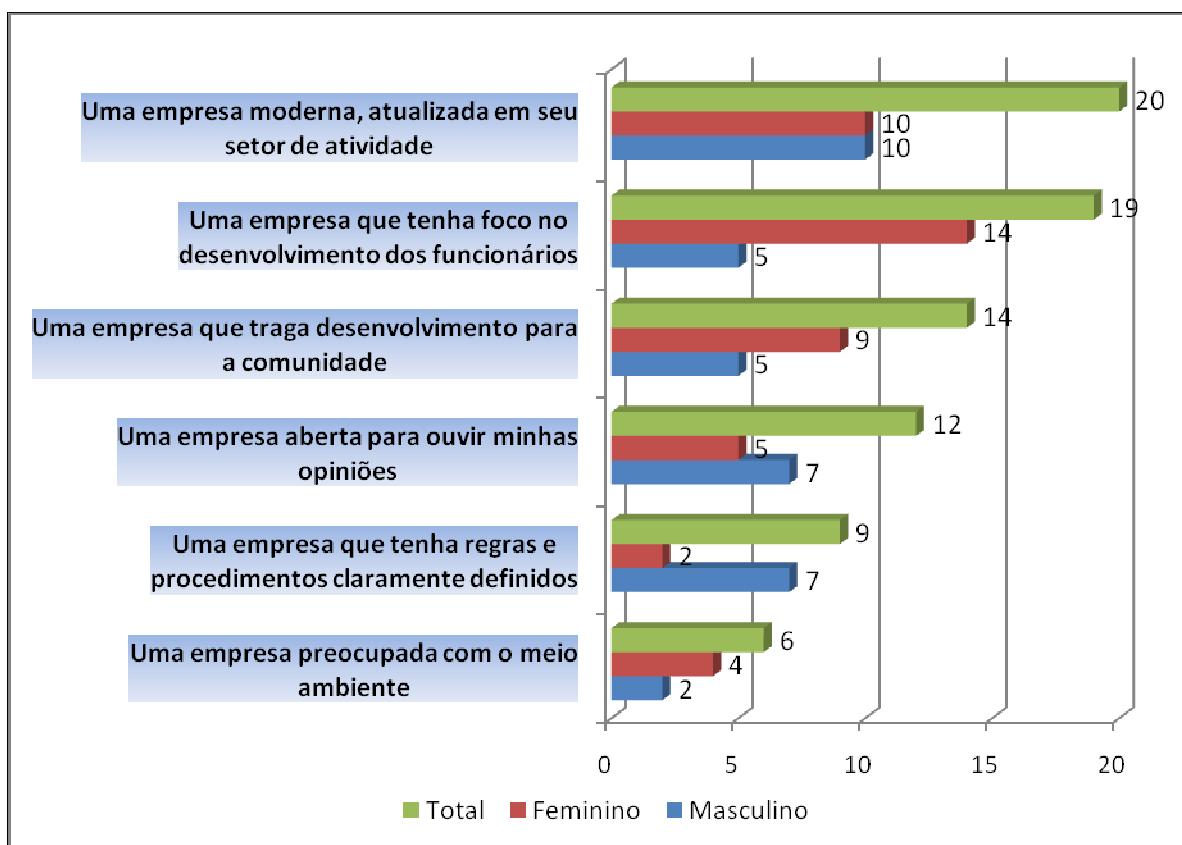
O desenvolvimento local, apesar de sofrer influências de fatores tangíveis, como o dinheiro e os recursos materiais existentes do lugar onde se vive, na sua essência, o desenvolvimento local tem caráter endógeno, relacionado a fatores intangíveis do ser humano, que procura focar nas potencialidades humanas, na melhoria de vida do ser humano.

5.1.14 Tipo de empresa que o bacharel em administração escolheria para trabalhar após a conclusão do curso X gênero

A pesquisa também identificou entre os gêneros que tipo de empresas escolheriam para trabalhar após a conclusão do curso.

Através do gráfico 15 percebe-se algumas preferenciais entre os homens e as mulheres. O gênero feminino têm preferência para trabalhar em empresas que tenham foco no desenvolvimento dos funcionários, em empresas que se preocupam com o meio ambiente e empresas que tragam desenvolvimento para a sociedade.

Gráfico 15 - Tipo de empresa escolhida para trabalhar após a conclusão do curso X gênero



Por outro lado os homens preferem trabalhar em empresas que tenham regras e procedimentos claramente definidos e empresa que é aberta para ouvir suas opiniões.

Em empresa do tipo moderna, atualizada em seu setor de atividades, ocorreu uma igualdade entre ambos gêneros.

Os dados também demonstram que o gênero feminino preocupa-se mais em trabalhar em empresas que proporcionem o desenvolvimento para a comunidade, assim como em empresas que estejam preocupadas com meio ambiente. Os números da pesquisa são interessantes a medida que se possa esperar ações de desenvolvimento mais pelo lado feminino do que pelo masculino.

Portanto, ressalta-se mais uma vez, a preocupação que recai nos formandos em administração em trabalhar em empresa que traga desenvolvimento para a comunidade, na medida que percebem os benefícios que as empresas podem estar proporcionando nos locais onde se instalaram, benefícios esses não somente os tangíveis, mas também os intangíveis.

Ávila (2005, p. 77 - 78), assim comentou sobre as prioridades locais voltadas para o desenvolvimento da comunidade:

De fato, as assistências de múltiplos tipos e naturezas são e serão continuamente necessárias ao longo de todo o processo de implementação do desenvolvimento local numa determinada comunidade-localidade. Aliás, um dos pontos estratégicos da autocapacitação comunitário-local para o desenvolvimento local é o da sabia e competente captação e ampliação das condições de diferentes modalidades de assistências (em termos de infra-estrutura, saúde, educação, lazer, esporte etc.) em proveito das prioridades locais.

Diante do exposto, é notório que o conhecimento, a cultura, começa a ser desenvolvida no ser humano no início da sua formação, ainda no laço familiar e, por conseguinte nas escolas, para que no futuro, ou na seqüência da formação profissional todo cidadão já tenha conhecimento suficiente sobre Desenvolvimento Local.

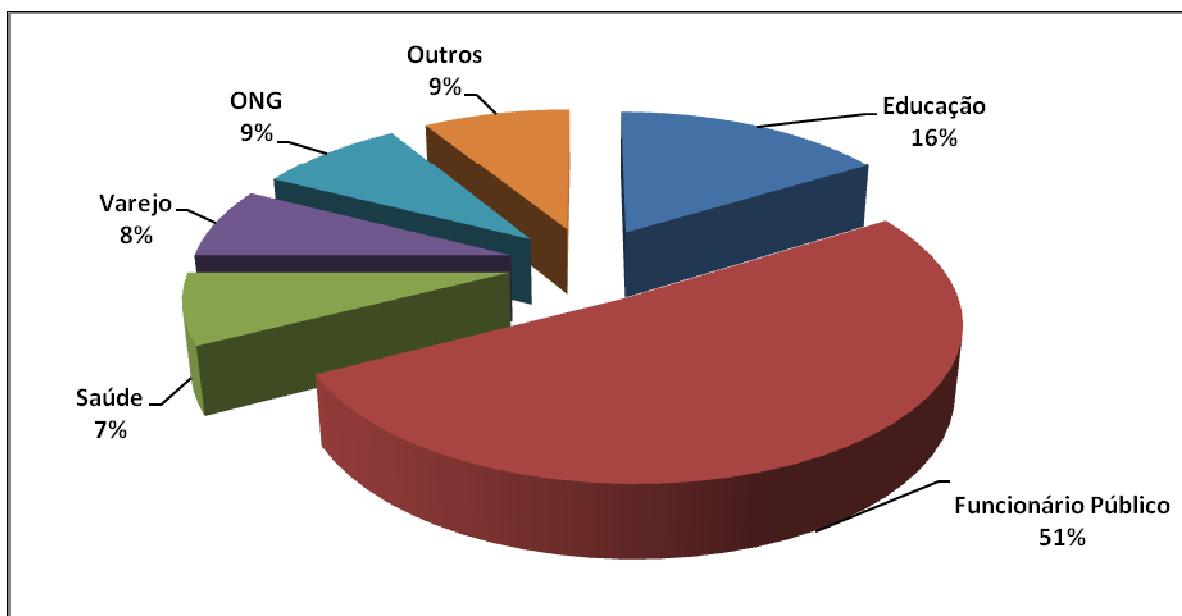
Neste processo, está o papel exercido pelo professor, como formador de opinião e fomentador da cultura, uma vez que ao chegarem nas universidades, os alunos possam ter um mínimo de conhecimento sobre a teoria do desenvolvimento local e ao concluírem o curso, tenham um conhecimento mais aprofundado sobre a mesma e sua importância da prática para que ocorra o desenvolvimento local, de tal forma que os formandos possam trabalhar em empresas que proporcionem o desenvolvimento para a comunidade.

5.1.15 Área que gostaria de trabalhar para proporcionar desenvolvimento sustentável em Campo Grande – MS

Outra abordagem da pesquisa foi de procurar relacionar a área em que os formandos de administração gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento sustentável em Campo Grande – MS.

Através do gráfico 16, percebe-se que a maioria dos pesquisados, ou seja 51% preferem atuar no serviço público, em seguida aparece a área de educação com 16%, em terceira posição ficaram as ONG (Organização Não Governamental) com 9%, a área de varejo foi escolhida por 8% dos entrevistados, 7% escolheram a área de saúde e 9% escolheram outras áreas.

Gráfico 16 - Área que gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento sustentável de Campo Grande – MS



Como constata-se nos resultados da questão da pesquisa, a área preferida dos respondentes, para estarem trabalhando e proporcionar desenvolvimento sustentável em Campo Grande, é a área pública.

A razão mais provável dessa resposta preferida pela maioria, deve-se pelo fato de que o formando em administração está a procura de um emprego que ofereça melhores salários e garantias de estabilidade no emprego.

Neste ponto de vista, é importante a se considerar que havendo essa preferência pela emprego relacionado ao serviço público, o administrador poderá proporcionar ações que visem desenvolvimento sustentável para a sociedade de Campo Grande.

Evidentemente essas ações precisarão ser concretizadas através de projetos, sendo que nestes projetos é que deverão ser estabelecidas as políticas públicas necessárias em benefício dos seus moradores.

Para melhor elucidar a importância da interação entre o homem, o local e os projetos de desenvolvimento local, Martins (2002, p. 53), assim comentou:

[...] desenvolvimento local, todavia, não equivale a geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de desenvolvimento local. O desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações de pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda.

Quanto ao aspecto educação (16%) apontado na pesquisa, entende-se que todo processo de desenvolvimento emerge através da mesma, os conhecimentos adquiridos ao longo da vida são capazes de gerar as transformações necessárias nas pessoas e consequente em benefício da sociedade.

Nesta linha Dowbor (2006, p.1- 2), concluiu:

A idéia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la.

Com o peso crescente das iniciativas locais, é natural que da educação se espere não só conhecimentos gerais, mas a compreensão de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local (DOWBOR, 2006).

O fato é que, indiscutivelmente, a educação é fundamental para proporcionar nas pessoas a melhoria de vida, no seu entorno, e que coletivamente, a cidade de Campo Grande possa beneficiar-se cada vez mais dos resultados proporcionados através da educação, gerando desenvolvimento.

Concluindo a relação existente entre educação e desenvolvimento local, Dowbor (2006) enfatizou:

A educação não pode se limitar a constituir para cada aluno um tipo de estoque básico de conhecimentos. As pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. A escola passa assim a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local, e os conhecimentos correspondentes. Não se trata de uma diferenciação discriminadora, do tipo “escola pobre para pobres”: trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura ao jovem os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é a sua (DOWBOR, 2006, p.5).

Outra constatação da pesquisa deu-se nos resultados apresentados para aqueles que apontaram que para proporcionar desenvolvimento local gostariam de trabalhar em uma ONG.

Naturalmente, é importante que haja dentro dos formandos do curso de administração pessoas que pensem dessa forma, uma vez que a diversificação nas áreas de interesse para se trabalhar poderá proporcionar maior disseminação da cultura do desenvolvimento local.

Na relação direta com a sociedade, as ONGs desenvolvem primordialmente projetos de empoderamento, que são na maioria das vezes de dois tipos: projetos que se dirigem a populações excluídas e em risco de marginalização, com o intuito de fortalecer a auto-imagem e promover qualificação profissional através de cursos, atividades artísticas e seminários, os últimos com o objetivo de discutir as condições de vida destas populações. Uma segunda forma de intervenção é a de treinamento de lideranças dentro ou fora dos movimentos sociais para a defesa de interesses das comunidades (PINTO, 2006).

As ONGs, assim como outras organizações da sociedade civil, fazem parte da construção de uma sociedade e não se pode deixar de imputar a sua parcela de colaboração no processo de desenvolvimento local, promovendo diversas ações que visem melhorias para as pessoas.

5.1.16 Fatores de maior importância para melhoria da sociedade

Perguntou-se aos entrevistados, que fatores de maior importância consideram para que proporcione melhoria para a sociedade. A metodologia adotada para

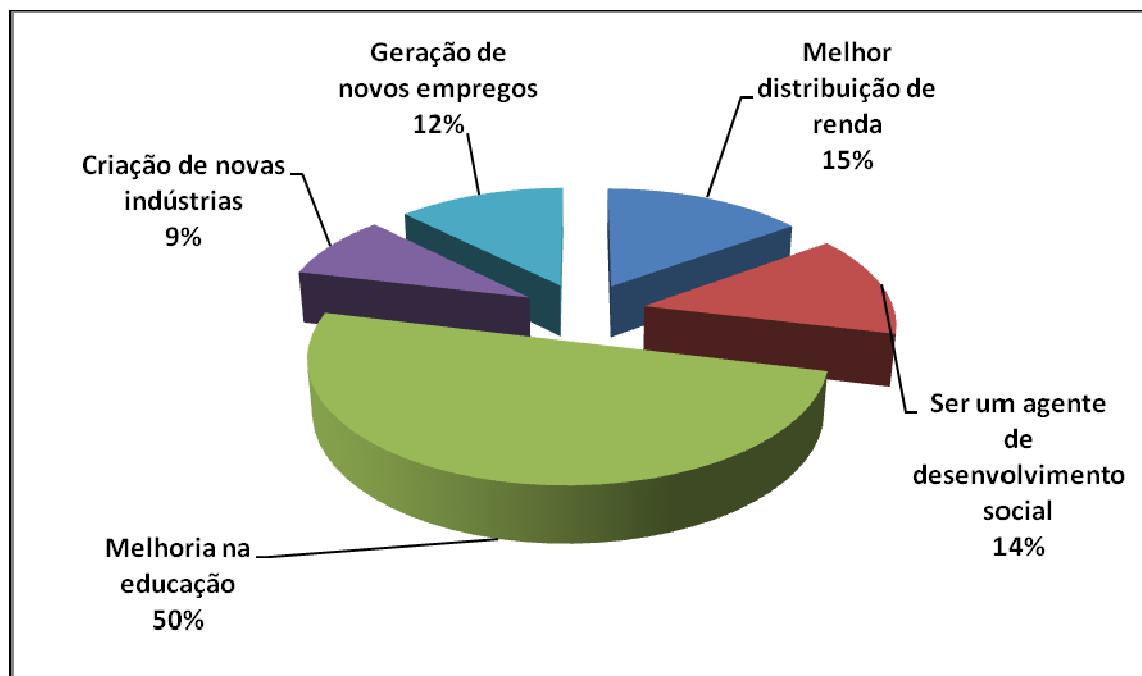
avaliar a questão foi considerada somente a nota dada com peso máximo, ou seja 1 (um).

Explicitado através do gráfico 17, que 50% dos entrevistados acreditam que a melhoria da sociedade virá através da educação, sendo que para 15% dos respondentes seria por meio de uma melhor distribuição de renda.

Quanto ao fato de “ser um agente de desenvolvimento social”, 14% responderam com sendo o principal fator que proporciona melhoria da sociedade.

12% responderam que seria a geração de novos empregos e 9% disseram que seria a criação de novas indústrias.

Gráfico 17 - Fatores de maior importância para melhoria da sociedade



A importância relativa a questão relaciona-se ao fato que avalia também o nível de conscientização dos entrevistados e, no caso específico, está evidente que há uma grande preocupação com a educação. Indubitavelmente tudo passa pela educação, uma vez que o nível de desenvolvimento de um país também pode ser avaliado pelo nível de educação do seu povo.

Diante deste prisma, Dowbor (2006, p.7), comentou sobre a educação e os parceiros do desenvolvimento local:

Uma educação que insira nas suas formas de educar uma maior compreensão da realidade local terá de organizar parcerias com os diversos atores sociais que constroem a dinâmica local. Em particular, as escolas, ou o sistema educacional local de forma geral, terão de articular-se com universidades locais ou regionais para elaborar o material correspondente, organizar parcerias com ONGs que trabalham com dados locais, conhecer as diferentes organizações comunitárias, interagir com diversos setores de atividades públicas, buscar o apoio de instituições do sistema S como Sebrae ou Senac, e assim por diante.

Também Freire fez comentários a respeito da importância da educação para a sociedade:

Através da educação, podemos de saída compreender o que é o poder na sociedade, iluminando as relações de poder que a classe dominante torna obscuras. Também podemos nos preparar e participar de programas para mudar a sociedade (FREIRE, 1992, p. 44).

Portanto, os resultados da pesquisa que apontaram a educação como fator de maior importância para a melhoria da sociedade condizem com os pensamentos dos autores e demonstram que através da educação é possível proporcionar uma sociedade mais justa e consequentemente mais desenvolvida em todos os sentidos da palavra.

Outro aspecto relevante dos resultados da pesquisa que chamaram atenção foram os 14% que apontaram ser agentes de desenvolvimento social outro fator de maior importância para melhoria da sociedade.

Assim no entendimento de Bourdieu, os agentes sociais são:

Os 'sujeitos' são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (BOURDIEU, 1994, p. 42).

Os agentes de desenvolvimento que se refere a pesquisa, são os atores locais que são capazes de exercer atividades que visam a melhoria das pessoas em seu entorno, transmitindo conhecimento e experiências de vida, mas também com objetivo de proporcionar melhorias para as gerações futuras.

As transformações proporcionadas pelos agentes de desenvolvimento seriam por meio de processos contínuos. A melhor forma de explicitá-los, é através de um fluxo, como se fosse uma sequência: *Inputs* (entradas) → processamento → *Outputs* (saídas) e com feedback constante.

Os *inputs* ou entradas aqui considerados são as pessoas ou agentes de transformação, que munidos de experiência e conhecimento são capazes de proporcionar ações que possam beneficiar as pessoas do local.

Na sequencia do processo de transformação do local, haveria a parte do processamento, que seria um conjunto de atividades afins, de interesse da comunidade, como as interações locais, que são exercidas por diversas pessoas em suas distintas áreas de atuação. A sinergia das atividades sendo processadas com o objetivo de apresentar melhorias para a comunidade.

O resultado final desse processamento seria (*outputs* ou saídas), ou seja, os processos transformados, devem ser materializados, como por exemplo, uma escola um posto de saúde, novas técnicas de uso de um equipamento, enfim, no final dos processos sinérgicos haveria uma comunidade com empoderamento, como por exemplo, sustentável economicamente.

Diante desta abordagem, pode-se concluir que para os princípios do desenvolvimento local, é benéfico, uma vez que enseja um processo de aprimoramento das competências e ações de pessoa do local, de tal forma que possa transformar a comunidade.

Para que isto ocorra é fundamental a interação dos fatores exógenos e endógenos, onde os exógenos são todos aqueles fatores que oportunizam os acessos aos meios de sobrevivência da comunidade, como educação, saúde e moradia. Já os fatores endógenos, são os fatores intrínsecos existentes em cada indivíduo, que possa beneficiar a família, a comunidade, como por exemplo, as habilidades existentes em cada ser humano, onde essas competências produzem ações colaborativas, desde que somadas.

Diante dessa interação, há de se destacar a importância do capital social e por sua vez Bourdieu, assim definiu:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1980, p.67).

Logo diante de toda essa perspectiva de entendimento dos conceitos relacionado ao papel do agente de desenvolvimento, surge outra questão a ser analisada: que benefícios decorrem desses fatores multiplicadores, anteriormente descritos para o local? Pode-se dizer que é notório que quanto mais se expande a cadeia das interações da comunidade, maior será a disseminação desse processo, desde que também haja bases sólidas e que fortaleçam a perpetuação dessa interatividade.

Desta forma é de suma importância o papel dos agentes de desenvolvimento, pessoas com a responsabilidade de fomentar transformações “interiores e exteriores”, mas para que isto ocorra é essencial e necessário que haja a vontade das pessoas do local “quererem fazer”, embuídas de um espírito motivador, com capacidade de liderança e de comando, que sejam fomentadoras de inspiração e multiplicação dos saberes.

A tabela 3 a seguir dá uma melhor visualização de todos os valores atribuídos pelos respondentes, onde 1 é considerado com maior importância e 5 de menor importância, entre todos os fatores considerados na questão.

Tabela 3 – Fatores de maior e menor importância para melhoria da sociedade

Que fatores contribuem para melhorias da sociedade	Maior -----> Menor importância									
	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%
Melhor distribuição de renda	12	15,00%	16	20,00%	18	22,50%	25	31,25%	9	11,25%
Ser um agente de desenvolvimento social	11	13,75%	9	11,25%	6	7,50%	14	17,50%	40	50,00%
Melhoria na educação	40	50,00%	14	17,50%	10	12,50%	6	7,50%	10	12,50%
Criação de novas indústrias	7	8,75%	20	25,00%	20	25,00%	17	21,25%	16	20,00%
Geração de novos empregos	10	12,50%	21	26,25%	26	32,50%	18	22,50%	5	6,25%

Também para que se pudesse melhor analisar as respostas atribuídas a essa questão, as mesmas foram separadas por gênero dos respondentes, sendo que pode ser melhor avaliado através da tabela 4.

Percebe-se que dentre os gêneros, o masculino foi o que atribuiu maior valor (55,56%) para o fator “melhoria na educação”, já o feminino, na média geral, avaliou com 45,45% entre todos os fatores considerados de importância para melhoria da sociedade.

Tabela 4 – Fatores de maior e menor importância para melhoria da sociedade X gênero

Que fatores contribuem para melhorias da sociedade X Sexo dos entrevistados	Maior -----> Menor importância									
	1		2		3		4		5	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Melhor distribuição de renda	16,67%	13,64%	19,44%	20,45%	25,00%	20,45%	25,00%	36,36%	13,89%	9,09%
Ser um agente de desenvolvimento social	11,11%	15,91%	16,67%	6,82%	13,89%	2,27%	13,89%	20,45%	44,44%	54,55%
Melhoria na educação	55,56%	45,45%	5,56%	27,27%	16,67%	9,09%	11,11%	4,55%	11,11%	13,64%
Criação de novas indústrias	11,11%	6,82%	25,00%	25,00%	22,22%	27,27%	19,44%	22,73%	22,22%	18,18%
Geração de novos empregos	5,56%	18,18%	33,33%	20,45%	22,22%	40,91%	30,56%	15,91%	8,33%	4,55%

Esses dados por si só demonstram as diferentes preocupações existentes entre os formandos de administração. É natural que haja diferentes formas de pensar, porém destaca-se a educação como fator preponderante para que haja o desenvolvimento de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pode proporcionar um grande aprendizado, uma vez que seus resultados apresentaram uma enorme relevância para a vida acadêmica do curso de administração, bem como para o exercício do processo contributivo para o desenvolvimento local de Campo Grande – MS.

Diante da importância que o curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco exerce em toda a sociedade de Campo Grande - MS, a pesquisa realizada nos formandos foi fundamental para poder avaliar o nível de conhecimento que os alunos do curso de administração possuem sobre a teoria do desenvolvimento local.

Atualmente pode-se avaliar o grau de evolução de uma sociedade através dos papéis exercidos pelos cidadãos e como os mesmos têm exercido influências na construção do desenvolvimento nos seus diversos âmbitos, mas principalmente na distribuição de riqueza mais justa.

A finalidade do trabalho também foi de poder contribuir para universidade, mais especificamente para o curso de administração, para que no futuro se possa introduzir na sua grade curricular disciplinas voltadas para o ensino e práticas relacionadas ao desenvolvimento local.

Pode-se aqui sugerir que as propostas para introdução da teoria de desenvolvimento local nas grades curriculares poderiam ser através de disciplinas optativas ou especiais, onde os alunos fariam as escolhas de qual haveriam interesse a cursar.

Outra sugestão seria a inserção de atividades práticas relacionadas ao desenvolvimento local. Essa atividade prática contaria com horas em atividades extracurriculares.

Uma terceira proposta seriam atividades práticas relacionadas aos trabalhos de conclusão de curso, que através da orientação de professores com domínio no conteúdo de desenvolvimento local possam orientar os acadêmicos com interesse na área.

No que tange ao foco da pesquisa, em que se pode investigar até que ponto o curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco tem proporcionado aos acadêmicos ensino-aprendizado de desenvolvimento local.

É de se considerar que apesar dos formandos de administração terem a conscientização da importância sobre desenvolvimento local, ainda há muito a ser melhorado no ensino-aprendizagem voltada para o assunto, de tal forma que se tenha no futuro profissionais que proporcionem uma sociedade mais desenvolvida e justa.

Uma consideração importante a fazer é que apesar do ensino ter evoluído quanto aos conceitos da aprendizagem cotidiana, o mesmo precisaria ter maior nível ensino voltado para as teorias relacionadas com o desenvolvimento local.

Percebeu-se através da pesquisa que muito pouco tem sido feito na academia para que os alunos do curso de administração pudessem ter maior conscientização sobre a real importância que representa o desenvolvimento local para a sociedade.

Pode-se avaliar neste trabalho que os alunos do curso de administração da Universidade Católica Dom Bosco tem domínio dos conhecimentos voltados para os conceitos de desenvolvimento e os benefícios que o mesmo proporciona para a sociedade, porém os dados da pesquisa indicaram que os alunos estão entendendo que os conceitos voltados para desenvolvimento, ou seja, a produção de bens ou acúmulo de riquezas sejam os mesmos da teoria do desenvolvimento local.

Um dos dados levantados que indica essa conclusão foi a questão de pesquisa onde os alunos foram questionados em que área gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento sustentável, sendo que a maioria (51%) respondeu que seria a área relacionada ao funcionalismo público.

Este resultado levou a conclusão de que os alunos ao terminarem o curso de administração estarão a procura de concursos públicos e consequentemente tornarem-se funcionários públicos.

Logo, este resultado indica uma visão falha dos acadêmicos que atuando na área de funcionalismo público possam proporcionar desenvolvimento local. Atuar nessa área significa para os pesquisados uma maior estabilidade econômica-financeira. Infelizmente esta tem sido uma perspectiva dominante no curso de administração.

Entretanto o desenvolvimento de uma sociedade é muito mais abrangente e deve estar voltado principalmente na produção do conhecimento. Somente através da produção do conhecimento é que se pode mudar comportamento, de tal forma que o mesmo fique enraizado na cultura de um povo.

O conhecimento é capaz de produzir mudanças, nas pessoas, na sociedade, no governo, enfim, em uma nação. Neste ínterim, não dá para dissociar conhecimento com educação e desenvolvimento local.

Constatou-se também que para o desenvolvimento local na sua essência aconteça, é fundamental que haja a conjugação de diversos fatores, como a participação mais ativa da população, que haja políticas públicas de incentivo, entre outras ações, entretanto, proporcionar melhorias na educação é fundamental, uma vez que sem a formação continuada, um país padece, um povo padece.

Assim, já passou o momento de fazer valer a importância que tem a verdadeira essência da teoria do Desenvolvimento Local, todos devem procurar exercer um pouco desse papel, para que nosso Brasil tenha uma sociedade mais justa, em todos os sentidos da palavra.

Considerando-se os resultados alcançados no trabalho apresentado, constatou-se que estudar o Desenvolvimento Local no contexto dos alunos do curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco implica entender que existe a compreensão do que realmente seja desenvolvimento, porém não no âmbito das teorias do Desenvolvimento Local.

É por meio do Desenvolvimento Local que as pessoas se unem através de objetivos comuns, onde o coletivo sobrepuja o individual, que conduz ao crescimento e fortalecimento de uma sociedade. Não basta ter conhecimento sobre desenvolvimento local, é essencial colocá-lo em prática.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. **Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local.** *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, dez. 2004. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- AQUINO, Jackson Alves. **As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu.** Humanidades e ciências sociais – vol. 2 n. 2, 2000.
- AVILA, Vicente F. (Coord). **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudos em grupos e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.
- _____. Vicente Fideles de, et al. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2001.
- _____. Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local.** Sobral: Edições UVA, 2005.
- BAIGORRI, Artêmio. **Conferencia en las jornadas de desarrollo local y promocón de empleo**, Ayuntamiento de Badajoz/Centro de Empleo y Formación Guadiana, Badajoz, 9/XI/94. Disponível em: <<http://www.insumisos.com/bibliotecanew/Estrategias%20de%20desarrollo%20local.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O capital social.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática.** São Paulo: Ática, 1994,
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial.** MEC. SEESP, 2001. 79 p. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 08 jun 2009.
- BROSE, Markus. **Desenvolvimento Local** - uma conceituação empírica. São Paulo, 2004. Artigo publicado na Associação Brasileira de Desenvolvimento de Lideranças. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/filemanager/fileview/270/>>. Acesso em: 06 jun 2009.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2009.

CARVALHO, Antônio Vieira de. **Aprendizagem organizacional em tempos de mudança**. São Paulo: Pioneira, 1999.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: ed. Atlas, 1999.

CERQUEIRA, Flora; FACCHINA, Márcia. **A agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para o nível local**. Caderno de debate nº 7. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/agenda21/mma_Agenda21_odm.pdf>. Acesso em 12 mai 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral de administração**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLAXTON, Mervyn. **Cultura y desarrollo**. Estúdio. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://www.unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis>>. Acesso em: 30 abr 2009.

Conselho Federal de Administração. **O ensino da administração o Brasil**. Disponível em <<http://www.cfa.org.br/arquivos/index.php>> Acesso em 18 out 2009.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOLABELA, Fernando Celso. **O segredo de Luísa**. 14. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

_____. Fernando Celso. **Oficina do empreendedor**. 1. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

_____. Fernando Celso. **Ensino de empreendedorismo na educação básica como instrumento do desenvolvimento local sustentável. A metodologia pedagogia empreendedora**. Revista Factus. Taboão da Serra, 2. Ed. , p. 9-28, 2007. Disponível em: <<http://www.fts.com.br/fts/revistas/factus2/1Adm-Ensino.pdf>>. Acesso em: 05 mai 2009.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. São Paulo, 2006. IBAM, Municípios. Revista de Administração Municipal, fev/mar 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>> Acesso em: 02 out. 2010.

_____. Ladislau. **Educação e apropriação da realidade local**. Estudos avançados. São Paulo, v. 21, n. 60, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr 2009.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (Entrepreneurship)**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

DURSTON, John. **Construyendo capital social comunitário**. Santiago, Revista de la CEPAL, n. 69, p.103-118, dic. 1999.

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação**: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, dez. 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 ago. 2009.

FREIRE, Paulo. & SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUJINO, Asa; STAL, Eva & PLONSKI, Guilherme Ary. **A proteção do conhecimento na universidade**. Revista de administração da USP – RAUSP. São Paulo, V. 34, n.4, p 46–55, out./dez. 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3^aed. São Paulo, Atlas, 1991.

GRYNSZPAN, Flávio. **A visão empresarial da cooperação com a universidade**. Revista de administração da USP – RAUSP. São Paulo, V. 34, n.4, p 23–31, out./dez. 1999.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONI, Maria de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 1. ed São Paulo: Atlas, 1982.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. **Redes e capital social**: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr., 2009.

MARTINS, Carlos Benedito. **Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil.** São Paulo: Ciência e Cultura, 1989.

MARTINS, Sergio Ricardo de Oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas.** Interações Revista Internacional de desenvolvimento local. n.5. Campo Grande: UCDB, 2002.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana à revolução digital. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PINTO, Céli R. Jardim. **As ONG e a políticas no Brasil: Presença de novos atores.** v 49 n.3. ago 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 03 de nov., 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Teoria geral de administração:** uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA Filho, João Bento de. **A universidade como fonte de empreendedorismo.** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

RODRIGUES, Leandro. **Pelas próprias mãos. Ensino empreendedor,** ano 6, nº 68, p. 16 –20. São Paulo: Segmento, 2004.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social:** Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração:** Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, dissertações e Estudo de Caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Milton. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2000.

_____. Milton. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma revolução silenciosa que contagia o Brasil.** Brasília, DF. SEBRAE Nacional, 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Um novo capital cultural:** pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. Campinas, v. 26, n. 90, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 maio 2009.

SILVEIRA, Caio. **Conexões entre o desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social.** Revista trimestral de debate da fase. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.acompanhamentoproninc.org.br/proposta/proposta_112/caio.pdf>. Acesso em: 04 mai., 2009.

SOUZA, M. A. A. **O lugar de todo mundo** – a geografia da solidariedade. Texto apresentado em SEMINÁRIO NA BAHIA, em Junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

SQUIZATO, Rodrigo. **Lições por fazer.** Revista – Informação para o novo século. FGV – Nº 2. P. 22. São Paulo, SP. Outubro, 2006.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano** – investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**, 1984.

TENÓRIO, Fernando G. **Cidadania e desenvolvimento local:** casos brasileiros. Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 – 5 Nov. 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049807.pdf>> Acesso em: 02 jun 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB. **Curso de Administração.** Disponível em:<<http://www.bducdb.ucdb.br/index.php3?curso=118&pagina=1&pag=5>> Acesso em 18 out 2009.

VAIDERGORN, José. **Uma perspectiva da globalização na universidade brasileira.** Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 jul 2009.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** São Paulo, SP. Editora Saraiva, 2000.

VIEIRA, Paulo F; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Modelo de questionário utilizado na pesquisa

O curso de Administração e o Desenvolvimento Local

Caro acadêmico (a), sua participação é importante para diagnosticar o seu nível de conhecimento visando sua inserção no mercado de trabalho. UCDB. Obrigado por colaborar.

1 - Perfil

Gênero	Masc. <input type="checkbox"/>	Idade:	Até 24 anos <input type="checkbox"/>	Rendimento Mensal
	Fem. <input type="checkbox"/>		Acima de 24 anos até 30 anos. <input type="checkbox"/>	
		Acima de 30 anos <input type="checkbox"/>	Entre 5 e 8 Salários Mínimos <input type="checkbox"/>	Acima de 8 Salários Mínimos <input type="checkbox"/>
Está empregado (a)?	Sim <input type="checkbox"/>	Em caso afirmativo	Em qual segmento?	<input type="checkbox"/> Comércio
	Não <input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/> Indústria
				<input type="checkbox"/> Serviços (inclui Serviços Públicos)
				<input type="checkbox"/> Outros

2 – O curso de Administração proporcionou embasamento teórico / prático de Desenvolvimento Local na sua formação profissional?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
---	-------------------------------------	-------------------------------------

3 - Estando concluindo o curso de Administração você se considera preparado para ingressar no mercado de trabalho?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
---	-------------------------------------	-------------------------------------

4 - Ao concluir o curso de Administração você se considera preparado para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
---	-------------------------------------	-------------------------------------

5 – Que tipo de empresa você escolheria para trabalhar após a conclusão do curso?	<input type="checkbox"/> Uma empresa preocupada com o meio ambiente.	<input type="checkbox"/> Uma empresa que tenha foco no desenvolvimento dos funcionários.
	<input type="checkbox"/> Uma empresa que traga desenvolvimento para a comunidade.	
	<input type="checkbox"/> Uma empresa que tenha regras e procedimentos claramente definidos.	
	<input type="checkbox"/> Uma empresa moderna, atualizada em seu setor de atividade.	
	<input type="checkbox"/> Uma empresa aberta para ouvir minhas opiniões.	

6 – Em qual área você gostaria de trabalhar para proporcionar o desenvolvimento sustentável de Campo Grande/MS? (Marque somente 1 alternativa - a prioritária)	<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> ONG
	<input type="checkbox"/> Gov. Estadual / Municipal / Fed.	<input type="checkbox"/> Varejo	

7 – No seu entendimento, que fatores contribuem para que ocorram melhorias na sociedade? <i>(Marcar em ordem crescente, de 1 (um) até 5 (cinco) – de maior importância para menor importância)</i>				
Melhor distribuição da renda				
Ser um agente de desenvolvimento social				
Melhoria na educação				
Criação de novas indústrias				
Geração de novos empregos				

<input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> /	Pesquisador(a)
---	-----------------------

Muito obrigado por colaborar.

